



Anais da Assembléia

Nº 108

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 16 DE SETEMBRO DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 16 DE SETEMBRO DE 1981 (QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado João Mansur, secretariada pelos Senhores Deputados Airton Cordeiro e José Tavares.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (51); achando-se ausentes os Senhores Deputados Adalberto Daros, Del Ciel, Egon Pudell, Fuad Nacli, Gabriel Sampaio, Mário Celso e Paulo Camargo (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus. iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofício:

Sob o n.º 02208 GDG/81, datado de 11 do mês em curso, encaminhado a este Poder Legislativo, pelo Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral, com cópia da Lei n.º 6.937, de 31 de agosto de 1981, publicada no Diário Oficial de 1.º de setembro corrente, dispondo sobre isenção de multa aos eleitores que não se tenham alistado após 19 anos, desde que o façam até o encerramento do prazo de alistamento para as eleições de 1982, bem como sobre os critérios para a distribuição dos recursos do fundo partidário referentes aos exercícios de 1979 e 1980. — Ciente. Arquite-se.

Telex:

Nos seguintes termos:

TOMAMOS A LIBERDADE DE VIR A PRESENÇA DESSA CASA, REPRESENTANDO OS AGRICULTORES E, ESPECIALMENTE OS CAFEICULTORES ASSOCIADOS DESTA COOPERATIVA, SEDIADA EM LONDRINA, SOLICITANDO APOIO DA PRESIDÊNCIA E RESPECTIVOS MEMBROS, NO SENTIDO DE LEVAR AO CONHECIMENTO DE ÓRGÃOS GOVERNAMENTAIS, A PREOCUPAÇÃO DA CLASSE FACE A MOROSIDADE DOS ESTUDOS SOBRE O "PLANO DE EMERGÊNCIA DE RECUPERAÇÃO DE LA-

VOURAS GEADAS", ATÉ HOJE NÃO APRECIADO PELO CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL. EM QUE PESE TAIS MEDIDAS REQUEREM TRATAMENTO DE URGÊNCIA.

CONTANDO COM O APOIO DOS PREZADOS DEPUTADOS, RENOVAMO-LHES NOSSOS PROTESTOS DE CONSIDERAÇÃO E APREÇO.

SAUDAÇÕES,

CARLOS JOÃO SCHLIEPER
DIRETOR PRESIDENTE

— Ciente. Arquite-se.

Emenda:

EMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI N.º 39/80

SÚMULA: Cria o Município de Figueira, com território desmembrado do Município de Curiúva.

Senhor Presidente.

Art. 1.º — Fica criado o Município de Figueira, com território desmembrado do Município de Curiúva e com as seguintes divisas:

— Começa na nascente do Ribeirão Areia Branca e segue por este até o ponto em que recebe o Ribeirão das Pedras, seguindo por este até o Rio Laranjinha, e seguindo por este até encontrar o Ribeirão São Francisco, e por este até encontrar o Córrego Tabuão, até a nascente do Arroio da Esperança, e deste por uma linha seca até a nascente do Ribeirão da Areia Branca, ponto de partida.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

a) GABRIEL MANOEL

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:

Figueira, Distrito do Município de Curiúva, tem como limites territoriais:

- ao Norte: Ibaiti e Congonhinhas;
- ao Sul: Curiúva;
- ao Leste: Ibaiti;
- ao Oeste: Sapopema.

O Distrito de Figueira conta atualmente com 9.410 habitantes, sendo 3.127 situados na área urbana e 6.283 na área rural.

A área total do distrito é de 4.000 alqueires.

A fim de que seja viabilizada a emancipação política pretendida tendo por base os dados sócio-econômicos em anexo, consideramos o que segue:

01 — Considerando que o Distrito de Figueira possui atualmente as maiores reservas de carvão mineral existentes no Estado, contribuindo desta forma com o esforço nacional de substituição dos derivados de petróleo por alternativas energéticas nacionais.

02 — Considerando que a maior mineradora existente no Estado está instalada no Distrito de Figueira com capacidade atual de extração de 30.000 toneladas por mês, e já possuindo projeto de imediata ampliação (quadro 1).

03 — Considerando a existência NUCLEBRÁS — Empresas Nucleares Brasileiras S.A., localizada na região limítrofe

entre o Distrito de Figueira e o Município de Sapopema, onde seus trabalhadores residem em Figueira, em virtude da maior proximidade da sede do distrito aos seus locais de trabalho e via de acesso.

04 — Considerando que a NUCLEBRÁS deverá gerar 500 empregos nas atividades de mineração e outros 2.000 empregos na indústria, perfazendo um total de 2.500 empregos diretos.

05 — Considerando que a NUCLEBRÁS não pretende, de momento, a construção de alojamento próprio para o pessoal envolvido no empreendimento, propondo que os mineiros, operários e funcionários residam em Figueira.

06 — Considerando que dos 2.500 empregos diretos gerados pela NUCLEBRÁS, sessenta por cento do pessoal ocupado seja solteiro e quarenta por cento casado, à média familiar de 05 pessoas, pode-se estimar a curto/médio prazo um acréscimo populacional de 5.500 habitantes na área urbana de Figueira.

07 — Considerando que para cada 6 empregos diretos venha a gerar 01 emprego indireto e considerando ainda o efeito expectativo por emprego na mesma proporção dos indiretos, obtém-se um total de mais de 1.000 trabalhadores. (Sem considerar suas relações familiares). Considerando, teríamos um contingente de mais 2.600 pessoas.

08 — Considerando um acréscimo populacional de 6.500 habitantes na área urbana de Figueira, somados aos 3.127 habitantes existentes perfazendo um total de 9.627 habitantes demandará uma substancial melhoria do equipamento urbano e para tanto somente com autonomia administrativa o Distrito poderá receber este acréscimo populacional.

09 — Considerando que a infra-estrutura urbana do Distrito de Figueira é bastante sólida, conforme apresentados no quadro 02.

10 — Considerando que o Município de Curiúva conta atualmente com 6.953 eleitores inscritos, sendo que desses, 3.864 concentram-se no Distrito de Figueira, representando 55,57 por cento do total de eleitores inscritos.

11 — Considerando que nas últimas eleições de 1978, Curiúva obteve um total de 5.182 eleitores votantes e estima-se que o Distrito de Figueira participou com 2.880 sufrágios.

12 — Considerando que o Município de Curiúva conta atualmente com 220 estabelecimentos comerciais, que desses 126 concentram-se no Distrito de Figueira, representando 57 por cento desse total.

13 — Considerando que as lideranças políticas locais, bem como a população em geral aspiram grandemente pela emancipação política do Distrito de Figueira, para garantia de sua sobrevivência.

Por esses motivos encaminhamos à consideração de Vossa Excelência a emancipação política, a fim de que consigamos criar um município em bases sólidas, evitando-se para o futuro problemas municipais para o Estado.

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder da Bancada do PDS, indico o nome do Deputado LUIZ GABRIEL SAMPAIO, em substituição ao Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, para Membro da Comissão Especial que estuda o Estatuto da Polícia Civil do Paraná.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder do PDS, com assento nesta Casa, indico os Srs. Deputados:

AIRTON CORDEIRO

JURANDIR MESSIAS

EGON PUDELL

WERNER WANDERER, como Membros Titulares e os Deputados:

BASÍLIO ZANUSO

GABRIEL SAMPAIO

ANTÔNIO FACCI, como Membros Suplentes, para integrarem a Comissão Especial, para averiguar denúncias de arbitrariedades cometidas pelo Delegado de Polícia, Sr. OSCAR PACHECO DOS SANTOS, de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

Na qualidade de Líder do PP, com assento nesta Casa, indico os Srs. Deputados:

EDILSON ALENCAR, como Membro Titular e o Sr. Deputado:

JOÃO ELÍSIO, como suplente, para integrarem a Comissão Especial, para averiguar denúncias de arbitrariedades cometidas pelo Delegado de Polícia, Sr. OSCAR PACHECO DOS SANTOS, de Santa Helena.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) DÁCIO LEONEL.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER voto de pesar pelo passamento da Senhora Irene Monarin, de Assis Chateaubriand-Paraná.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora IRENE MONARIN, ocorrido na Cidade de Assis Chateaubriand, no dia 12 de setembro próximo passado. Que sejam cientificados os parentes na pessoa dos Srs. Antônio e Vergílio Monarin.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

A falecida pertencia a uma das mais tradicionais famílias de Assis Chateaubriand, a qual fora pioneira na cidade. Possuía IRENE MONARIN um grande círculo de amizades na cidade, tendo em vista o seu apego ao esposo, filhos, netos e amigos. Todos lastimaram seu desaparecimento. A cidade inteira foi levar o seu adeus contristado à sua última morada. Deus saberá consolar os seus entes queridos e dar a ela o seu lugar reservado no céu.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER a consignação em Ata de um voto de aplauso.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em Ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de aplauso ao Cel. QOPM AYRTON ROLIM DE MOURA, pelos longos e profícuos serviços prestados no desempenho das funções de Comandante do 8.º Batalhão da Polícia Militar de Paranavaí.

O Cel. Ayrton Rolim de Moura, que vem de se apo-

sentar, durante longos anos comandou com eficácia o 8.º Batalhão da Polícia Militar, demonstrando sempre em suas atividades a capacidade e o bom senso da sua larga bagagem e experiência no setor militar, granjeando com isso a estima e o respeito da laboriosa comunidade de Paranavaí.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa se dê ciência ao homenageado, ao Comando do 8.º Batalhão da Polícia Militar, com sede em Paranavaí, e ao Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) WILSON FORTES.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER encaminhamento aos Secretários de Estado dos Recursos Humanos e Planejamento de apelo no sentido de acelerar a tramitação de expediente do interesse dos funcionários da Coordenação da Receita do Estado.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, REQUER seja endereçado aos Srs. Secretários de Estado dos Recursos Humanos e Planejamento, um apelo no sentido de acelerar a tramitação de expediente de interesse dos funcionários da Coordenação da Receita do Estado, que objetiva a incorporação da vantagem prevista no item III, do Art. 89, da Lei n.º 7.051, de 04 de dezembro de 1978, ao vencimento do cargo do pessoal integrante do G.O. — TAF.

Sala das Sessões, em 04 de setembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

A vantagem que se pretende a incorporação, gratificação de dois terços do "Quantum do Vencimento" é um subsídio ligado a determinadas funções que, para serem bem desempenhadas, exigem um regime especial de trabalho, uma particular dedicação e uma especial habilitação de quem, eventualmente, as exerça.

O fato impositivo da gratificação de dois terços do "Quantum" do Vencimento, conforme estabelece o Art. 45, da Lei n.º 7.051, de 4 de dezembro de 1978, é a prestação de no mínimo 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho, em sistema de rodízio de períodos diurnos e noturnos, inclusive, com a obrigatoriedade de comparecimento, quando ocorrer convocação, aos sábados, domingos e feriados.

Como se infere do exposto, existe grande similitude entre essa vantagem e aquela criada para remunerar a prestação de serviço em regime de tempo integral e dedicação exclusiva, pois, ambas têm suporte fático comum - 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho, essencialidade, complexidade e responsabilidade das atribuições inerentes às funções desempenhadas por aqueles funcionários que cumprem tal categoria de jornada de trabalho.

Como detalhe, cumpre asseverar que outras categorias funcionais, que, como os funcionários da Coordenação da Receita do Estado, estão sujeitas a regime especial de trabalho, foram vitoriosas em suas pretensões:

Os Delegados de Polícia, por força da Lei Complementar n.º 10, de 29 de dezembro de 1980, foram beneficiados com a incorporação da gratificação pela Prestação de Serviço em Regime de Tempo Integral ao vencimento do cargo; pela Lei n.º 7.424, de 17 de dezembro de 1980, também, outras categorias funcionais foram beneficiadas com a fusão do valor do vencimento do cargo com a Gratificação pela Prestação de Serviço Extraordinário finalmente, as Leis n.º 7.074, de 2 de janeiro de 1979 e 7.122, de 26 de abril de 1979, fizeram inserir nas suas disposições, a incorporação da

Gratificação pela Prestação de Serviço Extraordinário ao valor do vencimento do cargo do Procurador, do Advogado e do Engenheiro.

Pelos relevantes serviços que a Classe de Fiscais vem prestando à administração estadual e comparando-se, inclusive, o vencimento dos fiscais do Paraná com outras unidades federativas, especialmente aquelas que arrecadam menos e pagam mais seus funcionários, creio ser de justiça que a pretensão da Associação dos Funcionários Fiscais seja atendida pela Administração Pública Estadual.

Requer-se, outrossim, que do presente requerimento se dê ciência à Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná - Avenida Batel, 1.137, Curitiba, bem como aos Srs. Delegados do CRE, no Paraná.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER o envio de expediente ao Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem.

Sr. Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem, Euler Merlin, solicitando estudos no sentido da implantação de uma linha de ônibus diários ligando os Municípios de Contenda e Lapa pela antiga estrada entre essas duas sedes municipais, passando pela localidade de Lagoa Gorda.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) JOSÉ DOMINGOS.

JUSTIFICATIVA:

A antiga estrada ligando Contenda e Lapa, passando pela localidade de Lagoa Gorda serve uma região povoada por pequenos agricultores, mas de muita produção agrícola, especialmente cebola, feijão, milho e batata.

Mas é uma região carente de transporte coletivo e mais de uma centena de famílias se vêem em dificuldades ante a necessidade de se locomoverem no sentido de Contenda, Lapa ou outros centros urbanos, onde se inclui Curitiba.

Uma linha regular de ônibus entre essas duas sedes municipais é, por isso, de extrema importância e teria, até mesmo, um alto sentido social porque tiraria uma produtiva região do isolamento quase que total em se tratando de transporte coletivo.

Acreditamos que o DER deve agilizar os estudos solicitados ante a situação em que se encontram as famílias daquela região.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER instalação de uma Agência dos Correios no Município de Salgado Filho.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja oficiado à Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, formulando veemente apelo no sentido de que seja transformado o atual Posto do Correio no Município de Salgado Filho, em agência autônoma.

Tal providência virá de encontro à solicitação da Câmara Municipal daquele município, expediente em anexo, e trará reais benefícios àquela comunidade, facilitando os indispensáveis serviços de correspondência e de despacho para o povo de Salgado Filho.

Requer-se que se dê ciência deste, à Prefeitura Municipal e à Câmara Municipal de Vereadores de Salgado Filho.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças e Presidente do Banestado, para providências no sentido de serem retiradas propagandas político-partidária agência Banestado da Cidade de Palmeira.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário das Finanças, Dr. Edson Neves Guimarães e Presidente do Banestado, Dr. Jucundino Furtado, solicitando providências para retirada de propaganda político-partidária da agência do Banco na Cidade de Palmeira, que estão fixadas nas dependências daquele estabelecimento oficial.

A prática de utilizar-se das instalações do Banco Oficial para fixação de propaganda político-eleitoral de determinado partido ou candidato, como no caso da agência de Palmeira, permitirá que outro partido político passe a ter o mesmo direito de se utilizar das dependências, janelas e portas do estabelecimento para o mesmo fim, o que por certo virá acarretar prejuízos à instituição no envolvimento de assuntos fora do seu peculiar interesse.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) LINEU TURRA.

REQUERIMENTO

SÚMULA:

REQUER envio de pedido ao TRE do Paraná.

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja encaminhado ao T.R.E. do Paraná, um pedido para que seja recomendada a máxima cautela nos critérios utilizados para o cancelamento de Títulos Eleitorais, tendo em vista, inclusive, a tramitação de proposta de anistia aos faltosos dos pleitos anteriores.

Que da decisão dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) NILSO SGUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Movimento desencadeado pelos magistrados paranaenses, pode determinar o cancelamento de milhares de inscrições eleitorais, cujos eleitores se fizeram ausentes nos últimos pleitos.

Com isso acontecendo, os prejuízos ao Estado do Paraná, serão inestimáveis, além é claro, da redução imediata de sua representação política.

Não defendemos um colégio eleitoral fictício, mas achamos que muita cautela deve existir, nos casos de ausência ou falta nas últimas eleições.

Um critério rígido cancelará número incontável de eleitores que residem no Paraná (e quiçá até por falta de motivação nas últimas eleições ou pela multiplicidade de outras razões que impossibilitaram o comparecimento aos pleitos) venham agora, exatamente quando o voto possa ser exercido na sua plenitude impedidos de votar.

Além do mais, tramita proposta de anistia das multas eleitorais pela falta de comparecimento às eleições, daí porque a cautela ser redobrada no cancelamento de tais inscrições.

Se a motivação dos magistrados é aplicar com dureza e inflexibilidade a disposição da norma legal exercendo assim legítima pressão sobre o Governo para o atendimento de reivindicações da magistratura, é imperioso que excessos não se cometam.

É salutar que se faça uma triagem nas diversas zonas eleitorais do Estado, assim como é prioritário que sejam ouvidas e atendidas as justas reivindicações da magistratura.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 96/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada “Rodovia Ítalo Orcelli” a estrada que liga a sede do Distrito de Cafezal, Município de Iporã à Cidade de Pérola, PR-458.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

JUSTIFICATIVA:

O cidadão Ítalo Orcelli nasceu no dia 12.04.12, na Província de Verona, Itália, imigrando para o Brasil em 1920. Aqui chegando, passou a trabalhar na lavoura no Município de Ólio-Estado de São Paulo.

Em 1935 contraiu núpcias com Dona Anna Orcelli com a qual constituiu operosa família, formada pelos filhos Dario Orcelli, Ida Orcelli, Osvaldo Orcelli, Maria dos R. Orcelli, Maria Madalena Orcelli e Ana Maria Orcelli.

No ano de 1948, a família veio para o Estado do Paraná, radicando-se no Município de Rolândia, onde desenvolveu intenso programa na produção de espécies agrícolas.

Dotado de espírito de progresso e pioneirismo no ano de 1953 Ítalo Orcelli adquiriu terras no Distrito de Cafezal, Município de Iporã. Para se estabelecer naquela localidade, foi a pé desde Cruzeiro do Oeste, pois, naquela época não existia estrada de ligação.

Em Cafezal sofreu muito ao desbravar a terra para plantar suas lavouras. Dedicou-se ao desenvolvimento da região, contribuindo com os seus recursos para a implantação de escolas, igrejas e incentivando as pessoas a se estabelecer no pequeno povoado que hoje é a populosa sede do distrito. Foi ele o grande estimulador para que seu filho Osvaldo Orcelli concorresse a uma das cadeiras à Câmara Municipal de Iporã, cargo a que foi eleito com expressiva votação. Tanto amor ligou-o à terra que até o seu falecimento, ocorrido dia 29 de junho de 1981, declarava jamais pretender sair da sua querida Cafezal.

Assim consideramos justa a homenagem a este pioneiro que realmente muito contribuiu para o progresso e bem estar daquela região.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 97/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O inciso II, do Art. 60 da Lei Complementar n.º 07, de 22 de dezembro de 1976, passa a ter a redação seguinte:

“Art. 60 —

.

II — voluntariamente, para o professor, após 30 anos e, para a professora, após 25 anos de efetivo exercício nas funções do magistério, com salário integral”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) LINEU TURRA.

Apoiamento:

Fidelcino Tolentino, Nelton Friedrich, José Tavares, Deni Schwartz e Trajano Bastos.

JUSTIFICATIVA:

A Emenda n.º 18, de 30.6.81, à Carta Federal reduziu para 25 e 30 anos, para professora e professor, respectivamente, o tempo de serviço para aposentadoria.

Essa regra se aplica automaticamente aos Estados, em razão do disposto no inciso V, do Art. 13 e do Art. 200, daquela Carta, que estabelecem a compulsoriedade da adoção das normas relativas aos servidores públicos e, em geral, de todas as alterações cabíveis.

Assim, é oportuna a atualização do Estatuto do Magistério, que ora se propõe, a fim de evitar interpretações esdrúxulas e de manter o referido texto em consonância com a Lei Maior.

PROJETO DE LEI N.º 98/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública, o Movimento Ecológico "OS FILHOS LIVRES DA NATUREZA", com sede e foro na Cidade de Piraquara.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1981.

(a) GILBERTO CARVALHO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de utilidade pública está devidamente registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas sob n.º 3.011, do Livro "A-2", datado de 26 de março de 1980, do 2.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba e tem por objetivo a aproximação mais íntima de seus associados através de estudos, debates, conferências e outros meios de alcance, estimulando-os ao sentimento de responsabilidade pessoal e o amor à natureza.

O Estatuto da referida entidade, no seu artigo 28 dispõe que a mesma não distribui lucros, bonificações e vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados sob pretexto algum, estando, portanto, a Associação em condições de ser declarada de utilidade pública, conforme as exigências da Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1978, que regulamenta a matéria em foco.

Face ao exposto, solicitamos dos ilustres Pares que se dê o devido apoio à nossa iniciativa e posteriormente à sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado David Cheriegate.

Ausente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Brasil tem tomado conhecimento de uma polêmica em torno do orçamento do Governo Federal, para o ano de 1982, polêmica esta entre os Senhores Ministros da Educação e do Planejamento.

Por decisão do Ministro Delfim Neto, houve um corte substancial nas verbas orçamentárias que haviam sido propostas pelo Ministério da Educação e Cultura.

E, na verdade, esta supressão significa uma violência à educação brasileira.

O combate à inflação deve ocorrer pela supressão do supérfluo e de gastos públicos desnecessários, e não pelo sacrifício de setores fundamentais ao desenvolvimento nacional, como a educação.

Sabemos que só através da democratização do ensino é que teremos condições de formar homens aptos e eliminar o elevado grau de analfabetismo que ainda grassa em nosso País.

Vivemos um momento de captar as aspirações da maioria da população, e estas aspirações mostram hoje, claramente, que as suas prioridades estão voltadas para a saúde e para a educação. E o Governo Federal não pode ficar insensível a esta realidade, já que lhe cabe gerir a vontade nacional.

É na educação, especialmente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que devem repousar as esperanças e as expectativas da Nação, já que é através dela que se prepara a nova geração de homens e mulheres que assumirão a responsabilidade dos encargos para os quais, infelizmente, muitos brasileiros, hoje, não estão preparados, por falta de acesso ao sistema educacional.

Entendo que suprimir verbas da área da educação, significa impedir o caminho de maior número de estudantes, às Universidades, e significa também, tolher a pesquisa científica que deve propiciar opções nacionais próprias para o enfrentamento dos nossos problemas; e significa, ainda, impedir que o Ministério da Educação continue seu programa de desenvolvimento do ensino profissionalizante e de apoio incondicional aos 1.º e 2.º graus, já que se constata com facilidade, que os Estados e municípios têm assumido este ônus, com extremo sacrifício.

Estamos aqui, portanto, para formular o nosso protesto contra o corte de verbas para a área da educação, corte este que, a meu ver, é uma violência para um dos aspectos prioritários da vida nacional.

Final de contas, devemos ter a consciência definitiva de que é através da educação, que o povo brasileiro vai se preparar também para enfrentar as dificuldades inflacionárias que hoje nós estamos experimentando.

E quanto mais nós dermos à educação, e quanto menos nós destinarmos à educação, nós estaremos observando, neste contraste, sem dúvida, a constatação de uma realidade nacional, que salta aos nossos olhos e que agride as nossas consciências.

Estamos, portanto, solidários com o Ministro da Educação, e, mais uma vez, demonstrando a nossa insatisfação com a atitude ditatorial do Ministro do Planejamento, que subtrai da educação, ponderável parcela de recursos orçamentários.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último sábado, dia 12 de setembro, as lideranças de 51 sindicatos patrimoniais rurais, 17 cooperativas singulares e mais a COTRIGUAÇU fizeram, em Cascavel, na sede da COPAVEL, uma chamada reunião de emergência. Todas as lideranças ali representadas, para ouvirem a palestra de três eminentes personalidades; um, da própria Cooperativa de Cascavel responsável pelo setor de comercialização exterior dos produtos colhidos naquela região; o Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná, Dr. Paulo César Furiatti, e mais o Sr. Mário Stadler de Souza, Presidente da Federação dos Agricultores do Paraná, da FAEP.

Proferiram palestras relativamente aos problemas que hoje afligem diretamente o produtor rural, e uma das características, Sr. Presidente, fundamentais, que levaram essas lideranças a se reunirem e discutirem os assuntos, foram exatamente os problemas da política do Governo com relação à agricultura.

Discutiu-se da prioridade da comercialização, da forma com que o Governo vem atuando no setor primário e, essas lideranças que num passado recente apoiaram sistematicamente o Governo atual, estão praticamente formalizando posicionamento contrário aos interesses eleitorais do próprio Governo. O que se sentiu, Sr. Presidente, nessa reunião, nesses debates, é que, ao lado dessas lideranças que neste passado recente ainda se vinculavam ao Governo, temem a vinculação com partidos oposicionistas; todavia, no documento que expressa o pensamento do agricultor, fica claro que a política econômica do Governo reflete profundamente o trabalhador e sobretudo o produtor rural. Nessa manifestação que será levada a Brasília juntamente com algumas lideranças ali mesmo escolhidas, começou-se a fazer um trabalho de profundidade muito mais contundente do que os posicionamentos feitos pelo Rio Grande do Sul. As cooperativas e os agricultores, numa conjugação de esforços buscam sensibilizar o Governo para dar efetiva prioridade ao setor agrícola, e também mudar a sua política de crédito rural com relação à exportação dos produtos. Foram veementes as críticas feitas contra a insensibilidade do Governo que, ainda no mês de novembro quando poderia ter vendido a soja a 380 dólares a tonelada, o Governo, retardando um posicionamento, permitiu que as exportações fossem feitas a partir de setembro do corrente ano, com o preço de 100 dólares a tonelada, o que converteu um descaixe para as divisas brasileiras da ordem de 750 milhões de dólares.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo apenas que, diante deste posicionamento dos agricultores, o Governo precisa, antes que perca mais este segmento que lhe dava sustentação política, mudar completamente os rumos econômicos em que está, infelizmente, desestimulando os setores de produção e de sustentação econômica do País que são, basicamente, os agricultores e as cooperativas, em favor das multinacionais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lineu Turra, inscrito.

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O problema do magistério tem tomado conta deste Estado nesses últimos tempos e por vezes toma aspectos mais sérios como agora em que a classe praticamente em sua grande maioria dos professores está em movimento de paralização das aulas para obter do Governo o cumprimento de promessas anteriormente feitas e outras que a classe julga de direito pleitear como justas.

E nós de nossa parte, Sr. Presidente, Srs. Deputados, compreendemos a justeza das reivindicações, nos sentimos na obrigação de prestar também a nossa solidariedade.

Por outro lado, na medida do possível, se vai também fazendo alguma coisa que possa atender à classe em alguns aspectos que entendemos necessários e humanos, fazendo adaptação da legislação vigente, aprimorando a legislação vigente à nossa estrutura administrativa e jurídica em nosso Estado.

Desta forma, Sr. Presidente, nós queremos apresentar hoje a esta Casa, uma proposição de Emenda à Lei Complementar n.º 7, de 22 de dezembro de 1981, que trata do Estatuto do Magistério Público com relação a aposentadoria de professores e professoras. A Emenda Constitucional n.º 18, de 30 de junho de 1981, estabelece que as professoras terão o seu tempo para aposentadoria aos 25 anos e os professores aos 30 anos, respectivamente, 25 e 30 anos.

O artigo 200 da Constituição Federal estabelece que as disposições da Constituição Federal são automaticamente, no que couber, incorporado ao Direito Constitucional legislado

dos Estados. Por conseguinte, Sr. Presidente, nós entendemos que é dispensável fazer-se Emenda à Constituição Estadual para atender a essa situação jurídica vigente de ordem Federal, para adaptar à nossa Constituição Estadual.

E assim nós trazemos uma proposição para a Emenda ao Estatuto do Magistério, ao artigo 70, que diz, no seu inciso II:

“Voluntariamente para o professor, após 30 anos e para a professora após os 25 anos de efetivo serviço nas funções do magistério, com salário integral”. “Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário”.

Portanto, Sr. Presidente, a nossa proposição visa, desde logo, alterar a disposição da Lei Complementar e adaptar à Legislação Federal, sem necessidade de passar pela Constituição Estadual, porque o dispositivo da Constituição Federal automaticamente, de acordo com o artigo 200 da mesma Constituição Federal, da Carta Magna, se incorpora ao Direito Constitucional legislado pelos Estados.

Era isto, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por todo o Paraná correm notícias de que o movimento dos magistrados pretende efetuar uma verdadeira limpeza em todas as zonas eleitorais, determinando o cancelamento de títulos de eleitores, cujos eleitores nas duas últimas eleições, não tenham comparecido aos pleitos verificados aqui no Paraná.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é fato público e notório de que o Paraná está na iminência de perder boa parte de sua representação política, não só no Congresso Nacional, mas nesta própria Assembléia, em face ao resultado do último censo realizado em 1980. Ao ocorrer um critério rígido por parte dos magistrados do Paraná, que se utilizam deste expediente, para, acredito eu, até numa reivindicação legítima, pleitearem uma melhoria salarial, nós no Paraná, teremos uma redução drástica do nosso Colégio Eleitoral e os danos para o Estado, além da representatividade política, serão catastróficos para o Estado em todos os sentidos, pois, um dos indicadores da redistribuição de rendas é, evidentemente, o número de eleitores.

Por isto, Sr. Presidente, estou enviando ao Tribunal Regional Eleitoral um pedido da Casa, em que se recomende aos magistrados do Paraná cautela neste critério de cancelamento de títulos, em virtude da falta ou da ausência de eleitores nas últimas eleições.

Para citar um só exemplo de quão grave pode ser esta redução, cito o caso da 73.ª Zona Eleitoral da Cidade de Pato Branco, onde existem atualmente inscritos 28.900 eleitores, se desencadeia um movimento para atingir os 35.000 eleitores, e, conseqüentemente, passar a representação da Câmara Municipal de 9 para 11 edis.

Ocorre, Sr. Presidente, que o Juiz Eleitoral daquela zona eleitoral, já num levantamento prévio, separou 1.600 títulos de eleitores que não compareceram nas últimas votações, para serem cancelados. E nós sabemos que entre estes estão relacionados vários estudantes que têm domicílio eleitoral naquela cidade, que não puderam, no dia da eleição, comparecer à votação, mas são eleitores efetivos e estão lá inscritos.

Então, ao pedir este apoio a este requerimento ao Tribunal Regional Eleitoral para que se dê esta determinação, para que se tenha cautela no cancelamento destas inscrições eleitorais, também fazemos um apelo ao Governador do Estado, para que pondere e procure atender, dentro das pos-

sibilidades do Estado, as reivindicações dos magistrados; porque se há realidade de uma coisa, é que a inflação solapa todos os acontecimentos.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Paraná corre o risco de perder grande parte de sua representatividade política se for realmente aplicado o critério do número de população, mas se for levado à frente este movimento dos magistrados do Paraná, tenho a certeza de que na próxima eleição, nesta Assembléia, não estarão mais sentados 58 Srs. Deputados. Mas talvez não cheguemos a atingir nem o número de 40 Srs. Deputados.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lázaro Dumont, inscrito.

O SR. LÁZARO DUMONT — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sem dúvida alguma, ontem, foi mais uma grande data para o operariado não somente brasileiro, mas principalmente do mundo, quando o Papa João Paulo II traz um documento de sua importância não só para o trabalhador urbano, mas principalmente para o trabalhador rural, o homem sem terra, enfim aqueles que lamentavelmente pelas condições, ou pelo capitalismo exagerado que tem neste País hoje, foi senão totalmente, mas quase totalmente marginalizados.

E o mais interessante da nova Encíclica da Igreja Católica, é de que talvez este documento, talvez se tivesse sido escrito por um grupo de brasileiros, de homens voltados aos problemas nacionais aos problemas do trabalhador, aos problemas da terra, no nosso País, não teria sido tão direta e tão oportuna e tão atualizada como é neste novo documento da Igreja Católica. É interessante é que muito do que nós encontramos na Encíclica, principalmente com respeito aos problemas sociais e aos próprios problemas de terra e aos próprios problemas do trabalhador, principalmente no que diz respeito do homem sem terra, na oportunidade que ele deve ter, na participação da administração e no lucro da empresa, encontramos tudo isso, em legislações próprias aqui no Brasil, nos próprios Estatutos e nos próprios programas dos próprios partidos políticos vigentes na atualidade. E esperamos agora, que com este documento, elaborado por Sua Santidade o Papa João Paulo II, nós realmente possamos ter as atenções das nossas autoridades voltadas para um dos maiores problemas do País, que é o problema do trabalhador sem terra, no qual, leio inclusive um pequeno trecho da Encíclica, para se perceber como realmente se enquadra diretamente aos problemas brasileiros.

Diz aqui num trecho da Encíclica, onde se fala de "Dignidade do Trabalho Agrícola". "Acrescenta-se a isso a falta de uma adequada formação profissional dos meios apropriados, um determinado individualismo injusto em alguns países em via de desenvolvimento — é o caso do Brasil — milhões de homens vivem obrigados a cultivar terras de outros e são explorados por latifundiários, sem a esperança de chegar um dia, à posse sequer de um pedaço de terra. Mais adiante — Longas jornadas de trabalho físico são pagas miseravelmente; terras cultiváveis são abandonadas por seus proprietários". "Nosso caso, onde centenas de cidadãos brasileiros, empresas que adquirem terras, milhares de hectares, exclusivamente para fins especulatórios, ou para se guardar "títulos legais para a posse de um terreno pequeno, cultivado, como próprio durante anos, não são levados em conta, ou ficam indefesos entre a fome de terras, de indivíduos e de grupos mais poderosos". Para se perceber como realmente se aplica aqui, principalmente no Estado do Paraná, nós hoje temos aproximadamente duas mil ações correndo na justiça, exatamente solicitando legalização de posse e uso da terra. Portanto, Sr. Presidente e

Srs. Deputados, depois de tantos documentos, principalmente numa comemoração história, que é o ano de 1981, comemorando o 90.º aniversário da Encíclica "RERUM NOVARUM" de 1891, onde Leão XIII também pela primeira vez, fez com que a igreja se manifestasse, e o mais importante ainda, desta Encíclica, é que, definitivamente, se vem dar uma parada em muitas especulações, do que se faz, hoje, com referência à participação da igreja no problema brasileiro. E principalmente nos problemas sociais.

Agora, através desse documento oficial, mostra efetivamente, o quanto a Igreja Católica, através de seus dirigentes, está preocupada com os problemas do nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Nelton Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Líder do PMDB, Deputado Nelton Friedrich, usando de seu tempo na tribuna do Legislativo Estadual, ontem, criticou a PETROBRÁS que no dia anterior veiculou na imprensa nacional o seu programa para o quadriênio 81/85.

No mesmo, a referida empresa estatal adianta que aplicará 15 bilhões de dólares para cumprir um programa de exploração de petróleo e gás natural, com vistas a atingir a meta de 500 mil barris/dia.

É lamentável — destacou o Parlamentar — que nenhuma verba tenha sido estipulada para a exploração do xisto de São Mateus do Sul, o que vem a caracterizar que em termos de reivindicação não temos ninguém influente na esfera federal.

Para o Parlamentar toledano é incompreensível que o Governo estipule um gasto de 15 bilhões de dólares desta importância na aplicação em São Mateus, que renderia ao País 25 mil barris diários de petróleo, cinco por cento do plano estipulado pela PETROBRÁS.

"A decepção aumenta — destacou — quando se sabe que esta importância seria totalmente recuperada em um ano de atuação da usina paranaense. Seria uma aplicação com certeza de objetivos. Evidentemente, não poderíamos ser contra os demais setores exploratórios, mas chega a causar irritação observar-se que esta vultuosa verba irá para a construção de sete plataformas fixas de grande porte, dez de perfuração marítima, além de 15 sondas de perfuração terrestre e quatro para o mar e nenhum centavo para o xisto paranaense. Campos já absorveu US\$ 2,1 bilhões e receberá mais 3,4 bilhões de dólares. Aplicando-se uma simples regra de três, esta bacia, comparando-se com os 25 mil barris/dia de São Mateus do Sul, teria que produzir, com a importância em si investida quase 300 mil barris diários o que não ocorre. A própria superintendência da PETROBRÁS afirma que as reservas brasileiras atuais permitem obter, no total, 400 mil barris/dia".

Apesar de reconhecer não possuir a técnica para discutir o problema a fundo, o Parlamentar do PMDB acha que, pelos dados que possui ser muito mais rentável a exploração do xisto que poderia ser feita a par das perfurações submarinas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus, inscrito.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Queremos hoje, Sr. Presidente, enfocar esta tribuna, o profundo grau de desenvolvimento e comprometimento do atual Governo com o monopólio do capital estrangeiro, praticado neste País. Os monopólios, os tentáculos do imperialismo internacional não são de hoje, o Brasil, desde o seu desco-

brimento, os conheceu e os viveu em várias circunstâncias diversas; o Brasil, como colônia de Portugal, oferecia grande quantidade de produtos que eram buscados e arrebatados aos povos indígenas sem demais delongas e cerimônias, sustentando o mercantilismo na Europa. Quando do tempo do Império independente, o Brasil foi transformado em satélite dos interesses ingleses, que traziam alguma tecnologia da época, levando, em troca, matéria-prima que, depois de transformada rendia 100 vezes sobre o preço de custo. Como República, o Brasil se transformou no grande País hospedeiro de empresas de origens estrangeiras que vieram a este verdadeiro paraíso, preparar e levar, prontos, todos os produtos que lhes interessassem, no mercado mundial. Nessas três etapas, nestas três circunstâncias históricas bem distintas, notamos que o papel do Brasil, do nosso País, é o de fornecedor de matéria-prima à custa de mão-de-obra barata e irrisória. Jamais se fugiu do princípio de que, quanto mais barato são os custos, tanto melhor, e, o saldo político é a dependência endêmica em que vivemos, e, o saldo social é a miséria às vezes amenizada pelo paternalismo de um ou de outro governo, ou pelo paternalismo da Aliança para o Progresso. E o saldo econômico é o devastamento, é a inviabilidade própria do País. Nas três circunstâncias, portanto, o objetivo perseguido é o de inviabilizar as potencialidades próprias do Brasil, perpetuando-o assim, em seu estado de absoluta dependência. E quando Padre Victor fazia essa reflexão, na semana da Pátria, foi punido e foi expulso.

No entanto, a verdade, a idéia não se pode expulsar nem prender, nem repreender, e nestas circunstâncias, todos os governos que o Brasil conheceu, tiveram até certo ponto, alguns mais, alguns menos, comprometimento com a política econômica internacional, mas nunca na História do Brasil tivemos um Governo tão comprometido como este que hoje governa o nosso País.

De 64 para cá, o território brasileiro e o seu povo foi tomado de assalto, amordaçado, amarrado e jogado aos pés dos interesses transnacionais para ser pisado, chutado ao sabor do grande capital estrangeiro e assim como um povo submisso, amarrado, oprimido e mantido a ponta de baioneta, aqui chegaram os invasores que começaram a conquistar palmo a palmo todos os setores da economia sob o olhar cúplice e corrupto dos seus sócios que hoje se encontram no poder da Nação.

Tínhamos uma agricultura certamente insuficiente, mas ela respondia, ainda que de forma insuficiente, às demandas dos gêneros da primeira necessidade, consumidas internamente nesse País. O capital multinacional, com a permissão e a licença oficial deste Governo, adentrando pelo campo da indústria de máquinas e implementos agrícolas para continuar através da indústria, importação de insumos e defensivos, suplantaram, através das monoculturas regionais, a pequena propriedade familiar pela empresa agrícola, e o disfarce mais adequado hoje para a prática do latifundismo.

Direcionaram a produção agrícola, objetivando a exportação tão somente, deixando de atender a demanda das primeiras necessidades internas do País. A produção de gêneros alimentícios passou a ser substituída pela produção de exportação. A produção de primeira necessidade passou de deficiente para sofrível. O aumento da exportação de produtos agrícolas tornou-se pouco compensador, diante das inseqüentes importações de tecnologias reclamadas pelo modelo agrícola implantado. Tanto é que nossa exportação de cereais, hoje, não paga sequer o juro da dívida externa.

O atual modelo agrícola, escolhido pelo regime em estreito entendimento com o capital estrangeiro e com a cumplicidade mafiosa deste Governo, transformou o País, num dos maiores consumidores de insumos e defensivos agrícolas do mundo.

Isso permitiu que o mal detectado nos Estados Unidos,

fosse inclusive transferido para o Brasil. Quando lá se proibia e se regulamentava o uso de produtos químicos comprovadamente insalubres para a população, o mercado brasileiro os absorvia e servia para que eles descarregassem os seus estoques aqui no Brasil.

Essa trama diabólica fez com que um País igual ao nosso, com vocação agrícola, com um território continental, tenha mais de 20 milhões de hectares de terras férteis por aproveitar, ao lado de milhões de famílias mendigando emprego.

O desemprego campeando solto em meio aos conflitos de posses da terra, com latifúndio da morte. Introduziram assim o monopólio capitalista, selvagem, como forma de gerar a dependência e o subdesenvolvimento e garantir o seu império. Manipulam os créditos, os benefícios fiscais, o mercado, enfim, comandam a economia nacional em todos os setores. Submetem os trabalhadores ao arrocho salarial, depois ao desemprego, para corrigir a inflação. Abusam impunemente dos empresários nacionais. Impõem tabelas de preços aos produtos agrícolas e expõem ao ridículo, à subserviência de seus sócios, publicando inclusive na imprensa internacional o montante de gastos que tiveram com propinas, por exemplo no caso de Itaipu. Implantaram enfim o desgoverno e procuram mantê-lo enquanto lhes for conveniente.

No momento em que lhes negaram o estribo, no momento que este Governo negar o estribo ao capital estrangeiro, haverão de colocar os seus embaixadores, ou a própria CIA, a operar a desestabilização. Neste sentido, o ditador do país próximo, o Paraguai, Alfredo Stroessner, sabe contar de sua experiência própria, quando tentou aplicar a política do pêndulo entre Brasil e Argentina, nas negociações do nível de Itaipu, altamente significativo para os interesses estrangeiros multinacionais e norte-americanos.

Temos que perguntar agora: como é que se instala este monopólio e como atua sobre a economia mais próxima de nós, qual seja o pequeno agricultor, a nossa região agrícola?

Se há uma super oferta e pouca procura portanto, a tendência natural é a queda do preço, tanto na fonte produtora como na oferta final, ou seja, no comércio, beneficiando assim a classe consumidora.

No caso da produção de gêneros de primeira necessidade, num País com o povo subnutrido, carente, seria até inconcebível se pensar em termos de superprodução, em uma demanda maior que a oferta. Para que isto corra, é preciso incentivar a produção, no sentido de aumentar não só a oferta, mas aumentar o seu custo. Impor ao mesmo tempo uma tabela de preços inacessíveis ao consumidor, uma tabela de preços irreal diante do poder aquisitivo da população consumidora.

Consegue-se isto e assim o conseguiram, elevando o custo da produção através de sofisticados meios, formas de produção. Dificultar a comercialização, permitindo a especulação de preços e, no caso dos tabelamentos, elevando-os a tetos irreais.

Feito isto, cria-se o desequilíbrio intencionado entre a procura e a oferta. No caso da suinocultura, temos o exemplo prático e específico ocorrido aqui no Paraná. A produção primária sofreu um impacto da substituição da gordura animal pela gordura vegetal. Taxas com menor conteúdo de gordura foram introduzidas e passou-se a produzir com um custo de produção muito mais elevado, obrigando ao suinocultor a lançar mão de crédito agrícola, incentivando-o a produzir mais dentro deste ritmo ditado pela multinacional, pelos interesses da Sadia e tantos outros.

Ao mesmo tempo que se permitiu elevar o custo da carne do suíno a um preço inacessível ao consumo popular, assim foi provocada a brecha entre oferta e a procura, entre a oferta e o consumo. A armadilha foi ardidamente armada. Há superprodução e um após outro vai caindo nas garras das multi-

nacionais que vão obrigar o suinocultor a trabalhar como empregado para ela em sua própria propriedade. A exemplo do que ocorre no Rio Grande e também no Oeste do Paraná, com os plantadores de tabaco que plantam para as multinacionais, tipo Souza Cruz. O circuito do monopólio que nasceu na indústria, se locupletou no comércio e na tecnologia, se fecha na produção primária, recaindo sobre a cabeça, principalmente do pequeno produtor que produzia mantimentos, que produzia gêneros de primeira necessidade.

O próximo setor da economia agrícola, que se está armando para cair nas mãos de multinacionais, e com o favorecimento também do Governo do Estado do Paraná, é o leite, ao qual agora passaremos a analisar.

A entrega do leite a domicílio, a fabricação caseira da manteiga e do queijo, passaram a ser duramente reprimidos por órgãos fiscais; a manteiga vegetal supera em larga escala a manteiga animal, incentiva-se o aumento da produção, oferecendo-se crédito agro-pastoril, para aquisição de gado leiteiro de raça, ao mesmo tempo em que se sonega o produto ao trabalhador mais humilde da cidade, aumentando a tabela do preço. Consequentemente se reduz o mercado, provocando a superprodução que aí está. Até parece uma piada. Superprodução de leite, num país que têm 70% de seu povo passando fome. A armadilha, portanto, está novamente alçada, também sobre este setor. E a terra prometida que os judeus não encontraram lá na Palestina, por um erro talvez humano, de cálculo de Moisés que os conduziu para uma terra sem petróleo, vieram encontrar aqui, milhões e milhões de litros de leite, terra onde jorra leite e mel e o povo brasileiro carente, não pode beber. Terá que vê-los extraídos das mãos do camponês a preço de banana, para serem estocados nas garrafas da Nestlé, que passa então a fabricar o leite em pó. E o Senhor Delfim Neto como todos que lhe dão sustento e apoio, seja político ou seja moral, terá que rever o seu almanaque de pensamento econômico, para que essa leizinha da oferta e da procura, não está mais funcionando aqui no nosso País.

Portanto, temos aí que há superprodução de suínos mas o produto quando passa pelas mãos mágicas do capital estrangeiro, continua subindo a nível de consumidor. Há superprodução de automóveis, mas o automóvel continua subindo. Há superprodução de leite, mas o trabalhador paga cada dia mais pelo leite. Mas não é só isso, não é só o Delfim que precisa rever o horóscopo. Também o Governo do Estado e Ney Braga, também contribuem para com o monopólio. E que o diga a Philipps Morris, que o diga a Volvo, que o diga agora a Camby. E já que estamos falando de leite, que aliás substituiria em larga e eficiência escala, o "wisky" que anda rodando a cabeça dos governantes de hoje, o Paraná não está isento da ação discriminatória, praticada pelo Governo. Recentemente, com a participação do Diretor Geral da Secretaria da Agricultura, o Sr. Eugênio Estefanelo, a multinacional Camby recebeu em suas mãos, a solução oferecida pelo Governo, para a crise do leite, excedente no Estado do Paraná. Mas infelizmente solucionou apenas o problema da Camby e não do produtor e dos demais laticínios brasileiros. O Governo empregará através desse esquema 172 milhões de cruzeiros, para que a COBAL compre 7,5 milhões de litros de leite, para desidratação. A Camby ficou encarregada de comprar o excedente do leite em todo o Paraná. Mas passará a comprar com o dinheiro da COBAL e se comprometeu a pagar, tão somente, vinte e sete cruzeiros o litro do leite posto em Londrina. Logo, teremos o prejuízo de cinco cruzeiros por litro de leite para o serviço de esfriamento e para o serviço de transporte, que terá que ser arcado pela classe produtora, pelas cooperativas, pelos laticínios pequenos nos outros municípios no Oeste do Paraná.

Concedo aparte ao nobre Deputado Renato Bernardi. O Sr. Renato Bernardi — Deputado Gernote Kirinus, o as-

sunto que Vossa Excelência aborda, hoje, desta tribuna, é de uma importância fundamental para a discussão da grande questão nacional, porque veja Vossa Excelência que tudo o que hoje está sendo colocado nesta oração que Vossa Excelência faz, advém, especificamente, de um pacto que passou a existir predominantemente, a partir de 64, em que se criou um modelo agrícola totalmente atrelado aos interesses multinacionais e aos interesses de um mercado externo.

E as consequências estão aí, em toda hora, em todo momento, e atingindo, principalmente, a grande classe oprimida do Brasil.

E veja Vossa Excelência, enquanto o País apresenta um quadro de 43 milhões de migrantes, pessoas expulsas dos campos, expulsas de sua área cultural específica, a se concentrar nas grandes cidades, e criando um paradoxo extremamente curioso, mostrando que não tem condições e capacidade de consumir aquilo que as áreas de produção opera no decorrer do ano; e, por sua vez, com sua comercialização também, nas mãos desses grandes grupos, mostrando uma evidente descapitalização, principalmente dos pequenos e médios produtores, fazendo com que, cada dia mais, haja uma concentração fundiária, observada aqui no Paraná, observada no Sul do País, mas, observada em todo o Brasil.

E esse paradoxo vai aumentando de tal forma, que o nosso País, País continental, País de proporções gigantescas, e, portanto, seria um País agrícola por excelência, e, na sua essência fisiográfica, é entretanto um País cujos habitantes têm uma vocação urbanizante impressionante.

Os índices de crescimento das grandes metrópoles assustam a qualquer estudioso do problema social brasileiro. O esvaziamento dos pequenos municípios, vem a demonstrar claramente, também o esvaziamento da nossa agricultura e do Poder decisório do nosso camponês.

Ora, é evidente que a solução econômica não virá, se antes dela o País não tiver condições de operar a grande revolução política, porque lutam as oposições e a sociedade civil.

É verdade que, se nós podemos dizer que a Assembléia Nacional Constituinte, bandeira de toda sociedade civil, hoje, não é o remédio para nada disso que acontece, é, entretanto, o ponto de partida necessário para todas essas mazelas, cujos efeitos Vossa Excelência aborda com tanta propriedade, hoje, na tribuna desta Casa.

Entendo que, ao lado da discussão social, ao lado da discussão desses fatos econômicos, levantados por Vossa Excelência, é fundamental que a elite dominante entenda de uma vez por todas, que este pacto social que aí está, está totalmente superado, e mesmo servindo a esta elite, como serve, não servirá, entretanto, para garantir a sua sobrevivência, porque, ou pacificamente, ou por outros meios, a grande reestruturação do País há de vir. E antes que seja tarde, Deputado Kirinus, é preciso que os homens que estão hoje engolfados nos gabinetes palacianos, entendam a necessidade fundamental, básica e primária, da convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que ordene, de uma forma diferente o País, e dê também, um modelo agrícola, que possa permitir a um País culturalmente destinado à produção primária, condições para que seu povo volte aos campos de produção.

Vossa Excelência está de parabéns, tem toda a nossa solidariedade, tem toda nossa adesão, nesta análise que Vossa Excelência faz com tanta propriedade da situação, hoje, em que está mergulhado o consumidor, e na situação em que está, hoje, mergulhado o homem que realmente produz neste País, que é o homem do interior.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e, muito bem frisou Vossa Excelência em seu aparte, a urgência com que necessitamos tratar desses assuntos de interesse econômico nacional, de interesse de liber-

tar e romper com as garras do imperialismo multinacional que se impôs no Brasil. No entanto, não há interesse por parte do Governo, que, se trate desses assuntos. É por isto mesmo que o Governo faz com que toda a classe política fique envolta à discussão de uma reforma eleitoral, com todos os seus avanços e recuos. É o "canto da sereia" da abertura, que enche a cabeça de quase toda a classe política, preocupada que está, com justa razão, em sua reeleição, em seu futuro político, faz com que muitas vezes nós deixemos passar despercebido, o avanço do monopólio capitalista que está ceifando a vida de milhares e milhares de brasileiros, principalmente no setor dos trabalhadores rurais. E Vossa Excelência muito bem antecipou em seu aparte, a solução, que, estava na conclusão do nosso pronunciamento. A solução é, realmente, um novo pacto social, uma revisão profunda do comprometimento dos contratos que teremos que talvez honrar, mas que foram feitos com desonra para os brasileiros. Os contratos feitos em dívidas externas. Precisamos realmente verificar em profundidade, repensar todo o Brasil, a partir de uma Assembléia Nacional Constituinte, que, é a única forma, uma Assembléia Nacional Constituinte livre e soberana insisto nisto, porque, os manobristas também pensam em uma Assembléia Nacional Constituinte, mas, uma Assembléia Nacional Constituinte constituída com estes que passaram 17 anos entregando o País.

Agradeço o seu aparte, e continuo ainda no tocante ao leite, Sr. Presidente.

Em nossa opinião, um Governo Estadual realmente comprometido com o seu povo, com a classe trabalhadora e com o homem do campo, aquele que ele prometeu, no seu programa de governo, promover, deveria ao invés de repassar 172 milhões de cruzeiros para resolver o problema da Camby no caso do leite, deveria repassar esses recursos diretamente aos laticínios para aliviar não só o excedente do leite mas, simplesmente acudir a classe trabalhadora. A classe trabalhadora, os agricultores que produzem leite e que têm aos domingos e às quartas-feiras que jogar o seu leite para os suínos, jogar o seu leite para os animais porque não passam lá para recolhê-lo dizendo que existe excedente, é um absurdo. Devemos ainda estar atentos para o aspecto de que, a Camby está ou estava sendo posta à venda, diante das dificuldades financeiras que encontrou, e, se não optar pela venda, deverá obrigar os fornecedores de leite a adquirir ações, para que a empresa possa se recuperar e continuar funcionando, e, a mão salvadora do Governo mais uma vez se estende para o lado do grande capital. Em pleno inverno estávamos com excedente de leite, e a Associação Brasileira de Laticínios que elabora as tabelas de leite, estabeleceu para o ano entrante o preço de quarenta e dois cruzeiros o litro a nível de produtor. A esse preço, o consumidor não terá condições de adquiri-lo. Por outro lado, o produtor, na realidade, lá no Oeste do Paraná, prestes a deflagrar mais uma greve, principalmente na cidade de Marechal Cândido Rondon, onde eu tive informações há poucos dias que, estão se preparando os produtores de leite para entrarem mais uma vez numa nova greve, o que querem esses produtores? Vejam o absurdo, vejam a simplicidade da solução que lhes é negada. Eles não estão pedindo aumento no produto, eles vão pedir, isto sim, colocação e garantia de pagamento à vista para o seu produto, não estão pedindo para que aumente, estão pedindo, apenas, para que eles possam vender o seu produto, estão pedindo para colocação do seu produto. Ora, não existe colocação para leite, num país onde existe gente subnutrida e passando fome? Isso é um absurdo. Até parece que está havendo manobras no sentido de diminuir o consumo do leite, pois, diminuindo o consumo do leite fresco, haverá um aumento na oferta e com isto diminuirá o preço a nível de produtor, permitindo a uma multinacional, a maior delas, a Nestlé, a auferir grandes lucros com o estocamento do leite em pó. Até parece que se está querendo dimi-

nuir o consumo do leite, a nível das crianças de zero a quatro anos, porque só assim terão não só homens subnutridos, como, homens com dificuldades mentais para serem governados com maior facilidade, do que homens inteligentes.

Cederia meio minuto ao Deputado Nelson.

O Sr. Nelson Friedrich — Serei breve, porque o tempo assim exige, mas é o atestado muito claro da incompetência e da diretriz deste Governo. Ao mesmo tempo em que surge um problema desse, do leite que Vossa Excelência traz com tantas propriedade, é o mesmo Governo que para o leite não tem subsídio, mas financia a Luftalla. É o atestado muito claro de como é que se age neste País, de como é que se faz da agricultura um meio de sugar recursos, para até financiar o processo de industrialização deste País, que é multinacionalizado, enquanto descapitaliza e endivida o Brasil e todos os brasileiros. E um País que está jogando leite fora, com uma superprodução e têm um dos menores consumos de leite por habitante, conforme a própria Organização Mundial da Saúde não tenham mais nada o que dizer.

O SR. GERNOTE KIRINUS — Mas, aliás, é o único País que se dá o luxo de impor imposto sobre o leite.

Para concluir, Senhor Presidente, estamos à mercê de uma solução rápida e urgente e a solução está simples: é o congelamento da dívida externa, por um certo tempo, para podermos reativar a economia nacional. É o controle através de uma legislação e fiscalização séria, para exercer controle sobre o monopólio das multinacionais.

É a reforma agrária, o combate ao monopólio e ao desemprego, é enfim, tudo viabilizado por uma só idéia, que é a constituinte livre e soberana.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência registra com satisfação a presença neste plenário do Senhor José Queiroz, Prefeito Municipal de São João do Ivaí.

O Sr. Pedro Ivo, Prefeito Municipal de Inácio Martins, do Presidente da Câmara Municipal de Guarapuava, Sr. Elias Farah; do Presidente do PDS de Guarapuava, e de toda a Bancada de Vereadores que integram a Câmara Municipal do PDS de Guarapuava.

No horário da Liderança, em nome do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Antes de mais nada, registro a presença do Vereador de Sertãoópolis, Horácio Ricieri, aqui presente e do Prefeito de Sertãoópolis, Hamilton Teixeira Martins.

O PMDB tem poucos Prefeitos, mas os poucos que tem são firmes nas suas posições políticas e ideológicas e é o caso do Prefeito de Sertãoópolis, Hamilton Teixeira Martins, aqui presente.

Esse nosso pronunciamento, Senhor Presidente, fizemos e utilizamos algumas fontes e citações, como por exemplo, do Arcebispo da Paraíba, D. José Maria Pires, de Roberto Romano, do livro "Brasil, Igreja contra o Estado", de Joseph Comblin e Papa João Paulo II. (Lê):

"A luta pela terra não é nova. Na verdade, a história do País é marcada, neste último século, pela guerra entre a massa de camponeses que nada possui além de sua força de trabalho, e a propriedade sobre a terra que tem origem nas formas mais absurdas e injustas de relações sociais. A guerra do Contestado, Canudos, os levantes camponeses de Porecatu, Goio-Éré e milhares de outros nesse período, apenas são pontos culminantes desta guerra maior que se desenvolve contra o povo brasileiro e seus interesses de desenvolvimento e progresso.

Hoje, a luta pela terra assume novas características. Os camponeses continuam sem terra enquanto o regime providen-

ciou amplas áreas para o capital estrangeiro. O projeto Jari tem 1,5 milhão de hectares registrados. O feudo do Sr. Ludwig se estende ainda por 6 milhões de hectares. O projeto JICA entregue ao capital japonês para exploração dos cerrados é ainda maior. E imensas são as propriedades dos grupos estrangeiros na região amazônica.

Os camponeses sem terra, continuam sua luta em novas fronteiras agrícolas. E as frentes de tensão permanentes têm obrigado o regime ao uso constante da força e do arbítrio. É o caso do Araguaia, onde no início da década de 70, sob o Governo Médici, desenvolveu-se uma das maiores ações militares que se tem notícia no continente. Mas os camponeses sem terra, derrotados, não desistiram de sua luta. Resistem. Enfrentam forças que procuram expulsá-los para dar lugar aos interesses do grande latifundiário ou do grande empresário agrícola nacional e estrangeiro.

Os despossuídos deste País tiveram a sua situação agravada com a política dos últimos 17 anos. Em vez de uma reforma agrária, tivemos a concentração da propriedade fundiária.

De todos os confrontos entre Estado e Igreja, o mais grave sem dúvida é a reforma agrária. Se a igreja não está preparada tecnicamente para implantar a reforma agrária no País, é inegável que ela tem todas as condições de fornecer levantamentos e dados importantes. A igreja quer assegurar a sobrevivência dos expropriados, abrindo a perspectiva da produção de bens fundamentais para repor a força de trabalho.

A igreja tem objetivos sociais:

1. deter o fluxo da população rural, impedindo seu deslocamento para outras áreas e em especial para os grandes centros urbanos.
2. Assegurar a sobrevivência imediata dos sem-terra e garantir a produção de bens fundamentais. Isso visa ampliar a produção dos pequenos agricultores que enfrentam as grandes empresas e os grandes latifúndios improdutivos.
3. Preparar a população para a reforma.
4. Acabar com a exploração do trabalho e com a quase escravidão.
5. Assegurar a terra aos posseiros, segundo as leis federais vigentes, a garantir a pequena propriedade, ameaçada pelo capitalismo.

Os expulsos da terra, buscam as cidades, provocando uma incontrolável migração interna que acaba inchando os grandes centros urbanos, ampliando o número de casebres miseráveis. Quando a valorização imobiliária chega, são varridos para mais longe.

A reforma agrária é a única segurança para os camponeses que não possuem meios de produção para sustentar a família. Se o Governo concedesse aos 20 milhões de camponeses a quantidade mínima de terra especificada no Estatuto da Terra, teríamos resolvido o problema de produção de alimentos.

Quem produzirá alimentos de que todos precisamos?

O latifúndio improdutivo é responsável por mais de 80 milhões de hectares de área produtiva, sem qualquer exploração, sem qualquer destinação econômica.

Tudo indica que o Governo quer mesmo é entregar a terra a grandes proprietários internacionais. O INCRA agora vende terras na Amazônia até o limite de 500 mil hectares, quando antes não poderiam ter mais de 3 mil.

Torna-se difícil o acesso do pequeno agricultor à terra. Segundo o cadastro do INCRA em 1975, os cinquenta por cento dos menores estabelecimentos agrícolas ocupavam uma área de 3,8 por cento do total. Os 5 por cento ocupavam 68 por cento das terras. O 1 por cento, os maiores proprietários, ocupava 46 por cento do total.

Os despejos de moradores, o esbulho dos direitos daqueles que cultivam a terra e a fazem produzir para a comunidade, são fatos que hoje ocorrem em dezenas de regiões brasileiras.

Até quando o progresso do País, a industrialização, a urbanização ou a organização das grandes empresas estrangeiras, terão que ser feitas às custas do sacrifício de humildes trabalhadores? Até quando assistiremos impassíveis as arbitrariedades que reduzem à miséria e à fome, milhões de honrados pequenos agricultores?

Se não podemos ainda eliminar a fome crônica que persegue a maioria dos brasileiros, poderíamos, pelo menos, tomar medidas que impedissem o agravamento da situação.

Precisamos de uma política voltada à agricultura. Plantar não o capim, mas o que mata a fome. Precisamos de uma política que dê prioridade absoluta aos projetos agrícolas e não aos pecuários e de cana-de-açúcar.

A igreja prega que devem ser salvas não apenas as almas, mas o homem todo. Não se pode utilizar a terra para plantar cana, bambu ou capim, quando muitos homens vivem nessa terra e precisam dela para plantar alimentos básicos de subsistência. É injusto despejar o homem da terra em que ele mora há 10, 20, 40 anos.

Seria muito bom que os homens do Governo, principalmente alguns Generais e o Senador Passarinho, fossem viver algum tempo no meio do povo, participando de seus sofrimentos, trabalhando com ele e comendo do mesmo feijão com farinha. Ai eles iriam sentir que a verdadeira segurança não se conquista silenciando os clamores de justiça dos camponeses, mas transformando metralhadoras em arados e tanques de guerra em tratores.

A bíblia fala na defesa do fraco, do oprimido, do povo humilde. E o Papa João Paulo II diz que o Evangelho é dirigido aos pobres; o braço armado do Governo deve levantar-se em defesa do fraco, a igreja deve ser procurada e encontrada em meio aos pequenos. Nunca como hoje pareceu necessário defender o fraco e lutar pela libertação dos oprimidos. O fraco está sendo esmagado pelo poder dominante. Nunca foi tão grande a distância entre um pequeno número de poderosos, apaniguados do Governo, e a multidão imensa de pobres, doentes e oprimidos.

Numa das últimas encíclicas, o Papa disse: "hoje ninguém pode ignorar que, em continentes inteiros, são milhões os homens e mulheres torturados pela fome; milhões de crianças subalimentadas". O Papa fala da fome, de pés descalços, do rosto sem pintura, coberto de andrajos. Fome nua, que não se esconde, fome dos 70 por cento de brasileiros que devem contentar-se com as migalhas de 12 por cento da renda bruta nacional. É para esses 70 por cento de brasileiros famintos que o Papa está chamando a atenção dos 12 por cento que ficam com a parte do leão. É uma injustiça que, mais dia menos dia, levará à violência incontrolável se não for corrigida em tempo.

Passar fome, ficar desempregado e não ter um teto para morar, não é monopólio de país subdesenvolvido. Miséria pode existir em qualquer parte do mundo. O que constitui "privilégio" do Terceiro Mundo é a generalização do fenômeno, e haver mais pessoas que vivem com fome do que pessoas que se alimentam; maior número de subempregos ou desempregados do que homens que recebem altos salários. Para 20 pessoas que comem bem, há 80 que passam fome.

A igreja condena o capitalismo, que é uma espécie de pecado original. O capitalismo faz do trabalhador um escravo, e do trabalho uma mercadoria.

"Ao Cristão é proibido ter medo", "não vos conformeis com este mundo". São palavras bíblicas. O Cristão não pode se acomodar, nem se conformar. Deus existe, mas o homem é que tem que mudar essa situação de miserabilidade do povo brasileiro. O Cristão deve ser agressivo na luta por seus direitos, como João Batista, ainda que sua coragem o leve à prisão e à decapitação.

Os responsáveis por esta legião de humilhados e ofendidos, que constitui o povo brasileiro em sua ampla maioria, procuram

encontrar aqueles a quem atribuir culpa. Insistem em afirmar que a luta pela terra tem origem no estímulo de grupos políticos. Em sua absurda intenção, atacam a sociedade civil como um todo. Investem contra as instituições. Chegam a ver na Igreja Católica a principal responsável por esta guerra. Vêm comunistas nas sacristias. Mandam prender padres, advogados e todos aqueles que se ponham ao lado dos oprimidos.

Hoje, no Araguaia, transformada em região do GETAT, forças militares desarmam os posseiros que assim ficam sem defesa diante da ação criminosa de grupos que querem, não apenas ter a terra para si, mas os camponeses como braço escravo.

O Governo militar tem hoje, na Igreja, o bode espiatório para encobrir a sua incompetência. Incompetência que está levando o País para um profundo abismo, sem saída. O Governo errou o seu alvo. Deveria, isto sim, colocar na cadeia os grandes corruptos deste País; enquadrar as multinacionais dentro de normas rígidas, impedir que o País seja loteado e leiloadado.

Quem disse que o Governo militar tem competência para impedir a Igreja de realizar um trabalho social e de conscientização? Ou será que os militares gostariam que os padres fossem aos quartéis ensinar novas lições?

A Igreja é responsável pelos camponeses sem terra? Os comunistas tiraram as terras dos trabalhadores da terra?

Os advogados que defendem posseiros são responsáveis pelo arbítrio?

Disse o Papa João Paulo II que a propriedade da terra não deve ser entendida como necessidade, nem deve se impor aos interesses sociais amplos.

Isto talvez seja o suficiente para o Governo brasileiro caracterizá-lo como comunista. Afinal, são comunistas, no entender de alguns, todos aqueles que se ponham ao lado da justiça. Aí residem os fundamentos dos ataques à Igreja. Os democratas cristãos de ontem, hoje pedem a condenação dos padres que, na prática, defendem a democracia e os princípios básicos do cristianismo, como todos nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do PP, se deseja fazer uso do seu horário.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulta à Liderança do PDS. (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 51 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, na qualidade de Líder do PDS, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial, para averiguar denúncias de arbitrariedade cometidas pelo Delegado de Polícia, Sr. Oscar Pacheco dos Santos de Santa Helena.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Requeiro chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal.

(É procedida a chamada nominal).

43 Srs. Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para deliberação.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Dácio Leonel, na qualidade de Líder do Partido Popular, constante do expediente, indicando os Srs. Deputados para integrarem a Comissão Especial, para averiguar denúncias de arbitrariedades cometidas pelo Delegado de Polícia Sr. Oscar Pacheco dos Santos, de Santa Helena.— Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, indicando o Sr. Deputado Gabriel Sampaio, em substituição ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, para Membro da Comissão Especial que estuda o Estatuto da Polícia Civil do Paraná.— Ao Departamento Legislativo para anotar.

Emenda Substitutiva ao Projeto de Lei n.º 39/80, de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente.— Junte-se ao projeto de lei citado.

Projeto de lei complementar, de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, devidamente apoiado, constante do expediente.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado.— Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio.— Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:— EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 81/80, de autoria do Deputado DÁCIO LÉONEL DE QUADROS e OUTROS, que revoga o Art. 3.º, da Lei n.º 7.317, de 29 de maio de 1980. (Que trata da organização da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências). Parecer CONTRÁRIO da C.C.J., por maioria.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

A Mesa informa que a votação será feita de forma inversa.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando que o Projeto de Lei n.º 81/80, tenha a sua votação nominal.— Em votação o requerimento.— Aprovado.

O SR. DARCY DEITOS — (Pela ordem) — Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação).

17 Srs. Deputados o aprovam; 27 Srs. Deputados o rejeitam.— Rejeitado o requerimento.

Em votação o Projeto de Lei n.º 81/80.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Este projeto de lei está dando azo a muitas discussões e curioso é que este visa sanar uma irregularidade, poderia até dizer arbitrária, absolutamente inconstitucional, que esta Casa de Leis aprovou provavelmente no mesmo gesto com que agora visa a rejeitá-lo, - este projeto de lei que pretende revogar o artigo 3.º, da Lei n.º 7.317, de maio de 1980.

Sr. Presidente, temos vindo à tribuna com certa frequência para falarmos da maneira com que este Poder Legislativo, através de comissões técnicas, tem funcionado nesta Casa. E sem declinar qualquer consideração a respeito da Presidência ou de Membros dessa Comissão de Recursos Humanos, mas simplesmente para declinar o procedimento de algumas comissões técnicas desta Casa.

Veja Vossa Excelência que a Comissão de Recursos Humanos tem aqui um parecer assinado, grampeado na contra capa do projeto, com apenas uma assinatura, a do seu relator.

Como o projeto está tramitando em regime de urgência, provavelmente tenha sido esta a causa de não receber o parecer dessa Comissão.

Mas, Sr. Presidente, este projeto de lei tem por finalidade precípua, restaurar a imagem da probidade administrativa e da austeridade dos governantes com relação às aposentadorias faraônicas, a aposentadoria milionárias e intempestivas, absolutamente obstaculizada pela própria Constituição Federal e até a Constituição Estadual.

Projetos de lei desta natureza tem competência exclusiva de iniciativa do Governo do Estado, pelos Estatutos vigentes, Sr. Presidente, e houve uma modificação, através de projeto de iniciativa de Plenário e se trata de aposentadoria especial de funcionário público.

Ora, Sr. Presidente, se até a Constituição Federal condiciona no seu artigo 103 a iniciativa do Presidente da República e em casos de exceção apenas, previsto pela lei complementar, a possibilidade de aposentadoria com menos de 35 anos de serviço, como o Estado do Paraná.

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está com a palavra o Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Certa vez o Rei Frederico da Prússia, conhecido como déspota, desumano e prepotente, tinha certa admiração pela cultura e pela arte, desejando implantar, próximo à Capital uma Universidade, mandou um seu assessor buscar um lugar adequado próximo à sua cercania, para implantar ali um campus universitário, e o seu acessor diligente chegou a uma fazenda modelo, próximo à cidade e ali indagou do seu proprietário que o rei pretendia implantar uma Universidade num lugar belo como aquele. E ele disse que a propriedade dele não estava a venda. E o interlocutor anunciou - mas o rei quer. - Ele disse - a minha propriedade não está a venda. E o assessor foi ao rei e disse. — Magestade, encontrei o lugar, mas o seu proprietário disse que não entrega a sua propriedade. O rei indignado, mandou dizer a ele, por que ele não entregaria? E o seu assessor diligente, tornou a voltar e perguntou: — olha, o rei quer. Ele falou: eu não a entrego. E o interlocutor respondeu: - mas o rei pode lhe tomar. O proprietário disse: — você vá e diga ao rei que ainda há juízes em Berlim. E o rei mandou chamar o proprietário para condecorá-lo. E ali chegando, disse ele: - quero condecorá-lo, porque acabo de ouvir da sua voz, que o meu regime ainda é respeitado porque nele ainda há justiça.

Resta, Sr. Presidente, saber se no Paraná também o rei Frederico ainda acredita na Justiça. E é nesse aspecto, Sr. Presidente, que quero deixar à consideração, não diria dos assessores do rei Frederico, mas diria sim, dos homens de sustentação do Governo: — se ainda há possibilidade de corrigir esta injustiça, se neste Parlamento se discute, Sr. Presidente, um projeto de lei para restabelecer a ordem, para restabelecer a justiça, e para restabelecer o princípio constitucional, se os homens de Berlim ainda acreditam nos juízes. Deixo à consideração dos juízes, o restabelecimento da justiça, na votação deste projeto de lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está em votação o Projeto de Lei n.º 81/80.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nelson Friedrich.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há pouco nós ouvimos o vice-Líder do PDS nesta Casa, que no Pequeno Expediente fazia uma importante colocação e até uma profissão de fé, na seleção que deve existir, quanto à aplicação do dinheiro público.

Dizia o Deputado vice-Líder do PDS, Airton Cordeiro:— “que por decisão do Ministro Delfim Neto, houve um corte substancial nas verbas orçamentárias que haviam sido propostas pelo Ministério da Educação e Cultura. E na verdade, continuava o Deputado, esta supressão significa uma violência à educação brasileira. E o mesmo Deputado Airton Cordeiro, concluiu: “o combate à inflação deve ocorrer pela supressão do supérfluo.

Repito, Sr. Presidente, Srs. Deputados: o vice-Líder do PDS nesta Casa, no Pequeno Expediente, no dia de hoje, dizia que “o combate à inflação deve ocorrer pela supressão do supérfluo e de gastos públicos desnecessários, e não pelo sacrifício de setores fundamentais ao desenvolvimento nacional, como a educação”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Parece-me que assiste plena, total e absoluta razão ao vice-Líder da maioria nesta Casa.

E nós, neste instante, temos a grande oportunidade, Sr. Presidente, de exatamente, uma das maneiras de combater a inflação, concordando com o Deputado Airton Cordeiro, é a supressão de gastos públicos desnecessários.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aposentadorias de cidadãos com 45 anos de idade, com mais de 400 mil cruzeiros por mês, não são gastos supérfluos?

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que nós não entendemos se devemos aqui estimular a incoerência e ficarmos perplexos diante dela, ou passemos a assumir efetivamente a balbúrdia, porque se nós também analisarmos, Sr. Presidente Srs. Deputados, o parecer ao projeto do ilustre Deputado Dácio Leonel, subscrito pelo Presidente da CCJ, Augusto Carneiro, e pelo ilustre relator, Airton Cordeiro, vamos ver que: “por outro lado”, diz o parecer, “abstraindo detalhe antes enfocado, a matéria escapa ao âmbito da iniciativa do Deputado, visto tratar de vantagens funcionais”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, e aquele projeto, ou melhor, a emenda inserida no projeto, da Procuradoria, tão famoso, será que não estava efetivamente escapando ao âmbito de iniciativa do Líder do PDS nesta Casa?

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queremos aqui, até quase de forma patética, fazer este último apelo, ao próprio Deputado Airton Cordeiro, que dizia, há pouco, da importância de se suprir o supérfluo e de gastos públicos desnecessários, como fórmulas de combate à inflação, de utilizarmos o próprio parecer que temos em mãos, e fazermos, em conjunto, nesta Casa, um ato de independência, um ato de boa vontade para com os cofres públicos, a redimir esta Casa desse tão comentado e já famigerado projeto que possibilita tais aposentadorias.

Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, se outras razões não assistissem aos Deputados da Oposição, para subscrever e apoiar integralmente o projeto do ilustre Líder do PP, Dácio Leonel, assistiria a nós, a inteligência de evitarmos o vexame que será passado por esta Assembléia, no momento em que, na Procuradoria Geral da República, a medida judicial já proposta vier a considerar inconstitucional a presente lei. É aí, Sr. Presidente, Srs. Deputados, como ficarão os homens da CCJ da Assembléia Legislativa do Paraná? Como ficarão os Deputados desta Casa de Leis, alertados, postos à vista desta aberração, assim mesmo sacramentar um ato inconstitucional, e absolutamente facultativo, a ampliar ainda mais a inflação como diz, como bem diz o vice-Líder do PDS, nesta Casa, há pouco, o Deputado Airton Cordeiro, quando falava, e repito, que “no combate à inflação, há de se suprir os gastos públicos desnecessários”.

Sr. Presidente, é hora do bom senso, de voltarmos para a

nossa própria intimidade, e, que não passem os 58 Srs. Deputados, o atestado de pouco inteligência, de inabilidade e, como disse o Deputado José Tavares em outra ocasião, no seu conceito, de até imoralidade.

Está em nossas mãos esta possibilidade, Sr. Presidente, o Executivo tem o seu poder de sanção, ele que utilize este grande poder que é o Poder Executivo e faça o dirimir das dúvidas, mas, que esta Casa não perca a grande oportunidade de evitar que a imprensa, no presente e no futuro e mais do que isto, que o povo do Paraná venha a nos tachar de oportunistas porque estamos favorecendo alguns, num momento de extrema dificuldade como vive o Paraná e o Brasil. Ou não são desnecessários os gastos, possibilitando aposentadorias céleres e altamente pródigas com mais de 400 mil cruzeiros de ganho mensal, em circunstâncias altamente duvidosas?

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, já que o Parecer da CCJ foi contrário e portanto só temos uma discussão e uma votação desta matéria, já que temos face ao parecer da CCJ contrário ao projeto, ao menos possamos portanto, nesta única votação, exercer esse poder de independência, de moralização e acima de tudo possamos somar as nossas vozes às vozes já manifestadas aqui, de outros Deputados, e principalmente possamos todos aplaudir a manifestação do vice-Líder nesta Casa, dizendo que o combate à inflação faz parte da supressão dos gastos públicos desnecessários.

Está em nossas mãos, Sr. Presidente, está nas mãos do Deputado Airton Cordeiro, da maioria desta Casa, tomara sejamos inteligentes, para bem executar a obra.—
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, para encaminhar a votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Venho à tribuna, na qualidade de Relator da Comissão de Constituição e Justiça, ao Projeto de Lei n.º 81/80, de autoria do ilustre Deputado Dácio Leonel, Parecer exarado em 26 de novembro de 1980, e aprovado por maioria de votos do Plenário daquela Comissão, Comissão que entendeu considerar a matéria inconstitucional, atendendo aos preceitos da Carta Magna do Estado. E mesmo, Sr. Presidente, que o Parecer conste da Ordem do Dia que está sobre a mesa desta Assembléia, nos permitimos fazer a leitura, para que possamos sustentar o nosso ponto de vista.

Diz o Parecer:

“O ilustre Deputado Dácio Leonel propõe a revogação do Artigo 3.º, da Lei n.º 7.317, de 28 de maio de 1980; na justificação, o operoso Parlamentar esclarece que, o objetivo focalizado contém regra de benefício aos integrantes do Tribunal de Contas, idênticas às percebidas pelos Membros da Magistratura, previstas na Lei n.º 7.297, de 8 de janeiro de 1980.

Todavia, ainda segundo o autor, a razão de ser da revogação se encontra na pretensão de “reparar um erro” cometido no procedimento legislativo, ao admitir-se emenda aditiva que viria constituir o artigo 3.º, da Lei n.º 7.317, ao arripio do Regimento Interno, precisamente do parágrafo 5.º.

Essa discussão no entanto, está mal situada. Descabe legislar com fundamento em controvérsia de interpretação regimental, por quanto o entendimento da norma dificilmente apresenta unanimidade.

Por outro lado, abstraindo o detalhe antes enfocado, a matéria escapa ao âmbito da iniciativa do Deputado, visto tratar de vantagens funcionais. Estas com efeito, são reservadas exclusivamente ao impulso inicial do Poder Executivo, segundo o disposto nos artigos 25, § 1.º, 35 e 47 da Constituição do Estado, sendo pois, expressamente inconstitucional o projeto, opino por sua rejeição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980. Assina o então ilustre Presidente da CCJ, Deputado Augusto Carneiro, este Parlamentar como relator e mais os Deputados presentes àquela sessão da CCJ.

Vê-se, portanto, que na verdade a Comissão de Constituição e Justiça abordou a matéria por entender basicamente que houve um erro de enfoque do autor do Projeto de Lei n.º 81/80, quando pretende reparar um erro do procedimento legislativo, e mais, porque a matéria é inconstitucional.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a mim não me caberia, como relator da matéria, outra conduta, senão opinar pela rejeição do projeto de lei do Deputado Dácio Leonel, pela ausência de constitucionalidade e se estamos numa comissão que mais tem apreciado a constitucionalidade do que propriamente a justiça, por entender que a constitucionalidade se sobrepõe à justiça nas citações fáticas apresentadas àquela Comissão, nós não tínhamos o direito de ignorar a lei maior para aprovar uma matéria inconstitucional.

Argumentou-se da tribuna desta Casa que não menos inconstitucional seria ou teria sido a Emenda de Plenário apresentada pelo nobre Deputado Erondy Silvério. Escuso-me de uma análise sob este aspecto, porque aquela emenda não foi apreciada pela CCJ, mas posso lhes assegurar sob a minha palavra de honra, de que se a Emenda tivesse sido apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, o nosso parecer teria sido rigorosamente igual a este que consta desta matéria e devo, para melhor esclarecer e para melhor informar aos Srs. Deputados que eu mesmo, como relator de uma matéria de iniciativa do próprio Deputado Erondy Silvério, Líder da nossa Bancada, opinei pela sua rejeição pela sua inconstitucionalidade e quero com esta afirmação simplesmente caracterizar a isenção e a imparcialidade com que procuramos nortear todas as nossas ações aqui nesta Casa, além do que as Atas da CCJ aí estão para provar que sempre nos recusamos a oferecer votos favoráveis a matérias inconstitucionais e sempre nos recusamos, mesmo que às vezes atendendo ao alto sentido social, a oferecer parecer favorável à matéria inconstitucional. E são vários os exemplos que podem ser pesquisados pelos Membros desta Casa.

Feita esta justificativa, feita esta manifestação que tem o caráter de apresentar aos eminentes Srs. Deputados os motivos pelos quais opinamos pela rejeição do Projeto de Lei 81/80, devemos ainda afirmar que estamos hoje apreciando uma matéria, deliberando sobre uma matéria que, na verdade, se distingue de matéria anterior, aprovada por este Plenário, sem a audiência da comissão técnica competente.

Se não houve esta audiência, não se debita ao partido majoritário nesta Casa. Esta audiência também não ocorreu porque os vários setores da Oposição não fizeram as devidas solicitações, como já em outras ocasiões houve manifestações neste sentido. Recordo-me de uma do Deputado Deni Schwartz, que envolvia a SANEPAR e que de acordo com o Regimento Interno teve um parecer verbal deste mesmo Deputado, desta tribuna.

Por estas razões e pelo compromisso que assumimos ao jurarmos a Constituição, é que nós realmente votamos na CCJ contrariamente a matéria e votaremos, com toda a dignidade, contrariamente aqui neste plenário, para que não sejamos acusados de incoerentes e para que não tenhamos uma conduta na comissão técnica e outra aqui, neste plenário.

Tenho a convicção de que falando por mim, falo também por todos aqueles que votarem favoravelmente ao nosso parecer, em especial pelo ilustre Presidente de então da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Augusto Carneiro, inclusive porque temos o suficiente entendimento para assumirmos as responsabilidades integrais de todos os nossos atos. Por esta razão somos contrários, Sr. Presidente, para não ferirmos a

nossa Constituição.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação o Projeto de Lei n.º 81/80.— Rejeitado.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

(É feita a verificação de votação).

16 Srs. Deputados o aprovam; 26 Srs. Deputados o rejeitam.— Rejeitado.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Pela ordem) — No amparo do artigo 132, número 5 do Regimento Interno, solicito a Vossa Excelência que conste na Ata o meu voto favorável ao presente projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Deferido.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) — Sr. Presidente, de acordo com o mesmo artigo 132, inciso 5.º, solicito a Vossa Excelência a inserção em Ata do meu voto favorável ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, eu faço o mesmo apelo a Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está deferido.

O SR. GABRIEL MANOEL (Pela ordem) — Sr. Presidente. Requeiro a Vossa Excelência que seja consignado em Ata também, o meu voto contrário ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere.

O SR. LINEU TURRA (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência a transcrição do meu voto favorável.

O SR. FIORI LUIZ (Pela ordem) — Gostaria também, Sr. Presidente, que incluísse o nosso voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa fará considerar votos favoráveis de toda a Bancada da Oposição e voto contrário de toda a Bancada do PDS.

Muito obrigado.

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 170/80, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que declara de utilidade pública a “Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Itambaracá”, com sede e foro na Cidade de Itambaracá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 43/81, de autoria do Deputado TERCIO ALBUQUERQUE, que autoriza o Poder Executivo doar à Colônia de Pescadores Z-12, com sede e foro em Foz do Iguaçu, uma área de terra conforme especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 57/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO COTRIM, que declara de utilidade pública o “Serviços de Assistência Social Evangélico - SASE”, com sede e foro no Município de Cianorte. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 62/81, de autoria do Deputado ANTÔNIO COTRIM, que declara de utilidade pública o “Recanto Somos Todos Irmãos”, com sede e foro na Cidade de Maringá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 65/81, de autoria do Deputado ERONDY SILVÉRIO, que declara de utilidade pública a “Associação de Amigos da Vila Santa Cruz”, com sede e foro na Cidade de Castro. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.— Aprovado.

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 69/81, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. n.º 51/81), que dispõe sobre a extensão do pagamento da gratificação de regência, instituída pelo Art. 10, da Lei n.º 7.099 de 1979, dos professores, conforme especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

O SR. DENI SCHWARTZ — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o presente projeto de lei, de iniciativa do Governo Estadual, pretende solucionar o problema relacionado com o Magistério do nosso Estado. Principalmente em se tratando dos regentes do ensino pré-escolar, os auxiliares de regência e os auxiliares de regência da primeira série do primeiro grau.

Quanto à constitucionalidade do presente projeto, nada temos a opor. Mas queremos nesta oportunidade, nos manifestar de que pretendemos até o dia de amanhã, examinar melhor este projeto de lei, já que entendemos que como está, poderá trazer problemas à administração da educação em nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, votaremos favoravelmente hoje, no tocante à constitucionalidade, para amanhã, se assim entenderem as Bancadas de Oposição, apresentarmos a matéria e após, inclusive, dialogarmos com os Srs. Parlamentares da Situação, apresentarmos uma emenda que no ponto de vista, viria sanar uma falta nesse projeto de lei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação o Projeto de Lei n.º 69/81.

O SR. DÁCIO LEONEL — (Para encaminhar a votação). Sr.

Presidente, da mesma forma estivemos examinando detidamente esta matéria e na verdade algumas dúvidas ainda restam, especialmente com referência ao artigo 2.º e com referência à gratificação aos especialistas de educação.

Estamos examinando detidamente a matéria. Verificamos, inclusive, que o próprio artigo 2.º ao tratar do valor da gratificação, determina inclusive que o mesmo será fixado por ato do Poder Executivo, deixando, como consequência ao arbítrio exclusivo do Poder Executivo.

Todavia, como hoje em 1a. discussão, a matéria deve ser argüida no seu campo constitucional, a nossa Bancada votará hoje favoravelmente, reservando-se para uma possível emenda, na reunião de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação. Os Srs. Deputados que aprovam o Projeto de Lei n.º 69/81, queiram conservar-se como estão.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 70/81, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 52/81), que autoriza o Poder Executivo a proceder mediante decreto, a redistribuição dos cargos criados no Quadro Próprio do Magistério pela Lei n.º 6.892, e dá outras providências que especifica. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.—

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, este projeto de lei derivado de Mensagem do Poder Executivo, autoriza o seu Chefe a proceder, mediante decreto, a distribuição de cargos criados no Quadro Próprio do Magistério, pela Lei n.º 6892, e dá outras providências que especifica.

Sr. Presidente, a nossa Bancada, como se posicionou no projeto 69/81, também se posiciona agora, desse turno de discussão e de votação relativo ao problema da constitucionalidade, nesta etapa, a nossa Bancada votará favoravelmente.

Entretanto, se reserva o direito de, em segundo turno de discussão e votação, posicionar-se quanto ao mérito da matéria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Projeto de Lei n.º 70/81, de acordo com a posição que o nobre Deputado Fidelcino Tolentino, em nome da Bancada do PMDB já tornou uma posição pública, é de se votar favoravelmente neste primeiro turno, e, posteriormente, após a audiência das razões levantadas pelo Sr. Secretário da Educação, nesta Casa, esta Bancada deverá apresentar emendas que garantam efetivamente o sentido reivindicatório da categoria profissional daqueles que dedicam o seu trabalho à causa da educação do Paraná.

Porque, se à primeira vista, Srs. Deputados, quer parecer esta mensagem destinada a satisfazer as justas reivindicações do Magistério paranaense, apresenta, também, no seu contexto, um aspecto altamente contraditório, no momento em que Sua Excelência, o Governador do Estado pretende, no remanejamento dos diversos cargos orçamentários existentes no quadro próprio do Estatuto do Magistério, fazer livre e arbitrariamente este remanejamento, sem, entretanto, implicar em qualquer alteração de despesa, pode este expediente, Srs. Deputados, funcionar como uma faca de dois gumes, pois, se de um lado, aparentemente atende uma reivindicação, de outro lado, pode também implicar num estrangulamento ainda maior, da necessidade de preenchimento das aspirações dos professores, principalmente no acesso aos níveis mais elevados do quadro próprio do Estatuto do Magistério, que consagrou, de acordo com a Lei n.º 5692 e na forma de uma lei complementar, configurada pelo Estatuto do Magistério, a conceituação de que a remuneração do professor deva ser feita em função da sua habilitação e não da sua área de atuação.

Assim sendo, nós observamos e notamos um estrangulamento total quando se chega ao nível 4, e quando se chega

ao nível 5, e um excedente de vagas no nível 1.

Assim sendo, Sr. Presidente, há alguns detalhes que devem ser muito claramente elucidados para que esta Casa não venha a incorrer num erro histórico, dando ao Magistério uma satisfação aparente, mas, representando de outro lado, o que poderia ser um retrocesso na grande conquista que foi, sem dúvida alguma, a aprovação do Estatuto do Magistério.

Ora, se uma categoria profissional, através das suas lutas de muitos e muitos anos, tem obtido gradativamente e às custas de tantos e tantos sacrifícios, representando mesmo até o encerramento precoce de tantas carreiras desse mesmo setor haja vista a repressão ocorrida após o movimento reivindicatório dos professores no ano de 68, não é possível que, todo este sacrifício tenha sido feito em vão, não é possível que toda esta luta verdadeiramente de um David contra um Golias, representada de um lado, pela máquina publicitária colocada à disposição do poder oficial e, de outro lado, o trabalho de formiguinha, feito pelos professores, na colocação e no aprofundamento das suas reivindicações. Não é possível que todo este trabalho venha a ser comprometido por uma matéria que, se não devidamente apreciada, se não enquadrada e amparada pelas necessárias emendas, possa comprometer todo este trabalho.

Esta é a posição assumida pelas Oposições nesta Casa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação o Projeto de Lei n.º 70/81.— **Aprovado.**

EM VOTAÇÃO —

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 71/81, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. n.º 53/81), que dispõe do enquadramento dos professores de que tratam os artigos 118, 119, 121 e 123, da Lei Complementar n.º 7, de 1976, no Quadro Próprio do Magistério. Pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade.— EM REGIME DE URGÊNCIA.

O SR. RENATO BERNARDI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, não é desejo da Oposição com assento nesta Casa, tornar a discussão desta matéria, enfadonha, mas, é preciso que as posições fiquem muito claras e muito bem colocadas no contexto porque passamos; é preciso que este Poder não seja acusado de omissão num momento em que toda a sociedade acompanha uma fachada de modernidade porque quer ostentar o Governo do Paraná, em tantos e tantos setores da vida pública estadual, e, entretanto, modernidade esta que não está atingindo no devido termo e nas devidas colocações, o setor da educação. Portanto, em referência ao Projeto de Lei n.º 71/81 que prevê fundamentalmente o enquadramento dos professores ainda não atingidos numa determinada época pelo Estatuto do Magistério, é preciso que também nós tomemos uma posição muito clara, muito definida, e que se aprofunde a discussão dessa matéria, portanto, a posição que os Partidos de Oposição com assento nesta Casa tomam, é a mesma posição em referência ao Projeto de Lei n.º 69/81 e ao Projeto de Lei n.º 70/81, quando então, em segundo turno nós pretendemos aprofundar essa discussão e apresentar algumas emendas que vizem fundamentalmente, amparar as reivindicações desta categoria profissional.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em votação.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n.º 38/81, que introduz alterações no texto da Lei n.º 6.149, de 09 de setembro de 1970. (Regimento de Custas Judiciais).— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI N.º 38/81.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA :

Art. 1º — O artigo 13 da Lei nº 6.149, de 09 de setembro de 1980, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 13. As custas devidas à Ordem dos Advogados, às Associações dos Magistrados, do Ministério Público, dos Serventuários da Justiça e à Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça, administrada pelo Instituto de Assistência e Previdência dos Servidores do Estado do Paraná (IPE), serão recolhidas mensalmente, incumbindo ao Distribuidor fazê-las encaminhar às respectivas entidades.

Parágrafo único. As custas devidas à Associação dos Serventuários da Justiça, serão cobradas globalmente, devendo esta última repassar mensalmente 30% (trinta por cento) da arrecadação à Associação dos Serventuários da Justiça do Estado do Paraná.

Art. 2º — A tabela VIII, da Lei nº 6.149/70, aplicados os posteriores reajustes, fica acrescida do inciso IV, com a seguinte redação:

IV — À Carteira de Pensões dos Serventuários da Justiça e Associação dos Serventuários da Justiça, por feito distribuído e por quaisquer feitos ou atos registrados ou lançados em Livro Notariais e de Registro Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos).

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1981.

(aa) Airton Cordeiro - Presidente;

Luiz Alberto de Oliveira - Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nº 52/81, que declara de utilidade pública a Associação Escola Suíço-Brasileira de Curitiba, com sede e foro em Curitiba.— **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 04/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE :

Art. 1º — O artigo 73 do Regimento Interno, passa a ter seguinte redação:

“Art. 73. As sessões ordinárias terão início às 14:00 horas e durarão, no máximo, 4:30 horas.

§ 1º — O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal.

§ 2º — A sessão ordinária de sexta-feira poderá ser antecipada para quinta-feira, após a respectiva sessão ordinária, mediante convocação do Presidente como sessão extraordinária”.

Art. 2º O parágrafo 3º, do artigo 194 do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 194.

§ 1º —

§ 2º —

§ 3º — A Mesa poderá mandar abonar até 3 (três) faltas por mês do Deputado que justifique a sua ausência e desde que esta não tenha contribuído para o adiamento de votação”.

Art. 3º — As Sessões Solenes para entrega de títulos honoríficos e de benemerência, concedidos por esta Casa, somente poderão ser marcadas após aprovação do Plenário através de proposição apresentada por Deputado ou pela Comissão Executiva.

Art. 4º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 1981.

(aa) Airton Cordeiro - Presidente;

Luiz Alberto de Oliveira, Relator.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 36/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONS-

TITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 39/81, (Mens. Governamental nº 43/81), que aprova os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e os Municípios de Medianeira e Itapejara D'Oeste, objetivando a aplicação de recursos financeiros em obras de infra-estrutura industrial nos referidos municípios.—

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 37/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 42/81, (Mens. Governamental nº 42/81), que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná e a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL -, com a interveniência da Superintendência do Controle da Erosão no Paraná - SUCEPAR -, objetivando a execução de obras de controle da erosão na região do Noroeste do Paraná.—

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 38/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 43/81, (Mens. Governamental nº 45/81), que aprova o termo aditivo ao convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e o Município de Piraquara, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC -, objetivando a execução de obras no referido município.— **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 39/81, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, à ex-Proposição nº 47/81, (Mens. Governamental nº 49/81), que aprova os convênios numerados de 28/80 a 40/80, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com a interveniência da Coordenação da Região Metropolitana, com os municípios aqui nominados, objetivando a aplicação de recursos financeiros da COMEC.— **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 95/79, de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que dá nova redação ao artigo 39 e seu inciso VIII e ao artigo 52 do Regimento Interno. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J. por unanimidade.— **Aprovado.**

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 95/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1º — O Art. 39 do Regimento Interno, alterado pela Resolução nº 49/76, passa a vigorar, em seu inciso VIII, com a seguinte redação:

“Art. 39 —

I —

II —

VIII — Educação”.

Art. 2º — O Art. 52 do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 52 — À Comissão de Educação compete opinar sobre todos os assuntos concernentes à educação e à instrução pública e particular”.

Art. 3º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17 de setembro de 1979.

(a) Airton Cordeiro.

JUSTIFICATIVA:

Objetiva este projeto a adaptação, que não sendo imperativa é útil e oportuna, de um órgão técnico desta Casa aos característicos que a reforma administrativa impôs à estrutura funcional do Executivo.

Assim, damos à Comissão especializada a denominação que mais lhe é adequada e melhor a define, além de explicitar mais claramente, suas atribuições.

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 70/80, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que altera os parágrafos 5º e 9º, do art. 14 do Regimento Interno, que passa a vigorar, conforme específica. (Das licenças para tratamento de saúde dos Srs. Deputados).— **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 70/80

Art. 1º — O parágrafo 5º, do Art. 14 do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 14 —

§ 5º — A Mesa só convocará suplente da legenda que tiver sido eleito o Deputado, quando este for licenciado por 120 (CENTO E VINTE) ou mais dias, e deverá fazê-lo no dia da concessão. A licença não poderá ser renunciada pelo Deputado que a estiver fruindo antes do decurso de dois terços do prazo pelo qual tiver sido concedida”.

Art. 2º — O parágrafo 9º, do Art. 14 do Regimento Interno, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 9º — Ao Deputado licenciado para tratamento de saúde serão pagas as partes fixas e variável do subsídio, vedando-se qualquer outro recebimento sob qualquer título.”

Art. 3º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO — Presidente;

ADALBERTO DAROS — Relator.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Irene Monarin, ocorrido na Cidade de Assis Chateaubriand.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja marcada para a data de 22 de outubro vindouro, a Sessão Solene para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Marcos Augusto Enrietti, concedido pela Lei nº 7.422, de 21.12.80.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja designada a data para a entrega do Título de Cidadania, concedido ao Sr. Desembargador Cláudio Nunes do Nascimento.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelton Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando preferência para a votação ao requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, que solicita a presença do Sr. Secretário da Educação, para explicar os problemas do magistério paranaense.— Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela ordem). Tenho a impressão e não consultei ainda o nobre autor do requerimento, mas que o requerimento perdeu a sua oportunidade, porquanto, de comum acordo, houve entendimento entre a Vice-Liderança do PDS na pessoa do Deputado Airton Cordeiro, mas o Deputado Deni Schwartz e o nobre Líder do PMDB, Deputado Nelton Friedrich, no sentido de que fosse aprovado o requerimento do Deputado Airton Cordeiro, que convida o Senhor Secretário da Educação, para comparecer amanhã à Assembléia Legislativa, na Sala da Comissão de Instrução Pública, para um debate com os Srs. Deputados, relativamente às matérias que foram votadas

hoje, em primeiro turno.

Nessas condições, parece-me que o requerimento perdeu a oportunidade.

Gostaria que Vossa Excelência consultasse o nobre autor do requerimento.

O SR. NELTON FRIEDRICH — (Pela ordem) — Em que pese, Sr. Presidente, ao objetivo do requerimento do Sr. Deputado Deni Schwartz, tratava-se do universo do problema da educação e à vinda do Sr. Secretário, amanhã, seria especificamente em razão dos Projetos nºs 69, 70 e 71/81, que estão exatamente na Ordem do Dia, mas como é possível em face a acontecimentos novos que temos conhecimento nesse instante, pedimos a retirada desse pedido de preferência até segunda ordem.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere a retirada da preferência.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, solicitando que o mesmo determine a presença, nesta Casa, do Presidente da SANEPAR, para explicações sobre as atividades do referido órgão.— Rejeitado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Requeiro verificação, de votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) — Antes que Vossa Excelência atenda ao requerimento, solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e solicita do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. 1º Secretário — (Procede a chamada nominal).

O SR. PRESIDENTE — Responderam a chamada nominal 38 Srs. Deputados. Há “quorum” para deliberação. A Mesa procederá a verificação de votação requerida pelo Sr. Deputado Lineu Turra.

(É feita a verificação de votação).—

5 Senhores Deputados o aprovam;

27 Senhores Deputados o rejeitam.— **Rejeitado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Nelton Friedrich, Gernote Kirinus e Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Conselho Superior da Magistratura, encarecendo a suspensão da execução de despejo contra as 17 famílias da área denominada “Lote Grande”, no Município de Foz do Iguaçu, por 90 dias, assim como a imediata retirada da força policial da referida área ao INCRA e ao ITC, solicitam urgente intervenção neste caso.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Segurança e Comandante da Polícia Militar do Estado, encarecendo imediatas e severas providências contra soldados do 6º BPM, sediados em Cascavel.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro dos Transportes, em forma de apelo, no sentido de que sejam liberados os recursos necessários à conservação das rodovias federais que cortam o Estado do Paraná e que se encontram em péssimo estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor aos alunos excepcionais da Escola Mercedes Streser, que a convite do Governo paraguaio, representarão o Brasil na 1ª Olimpíada Sulamericana de Excepcionais.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro do Interior e Ministro da Agricultura, encarecendo que seja reduzido de 5 (cinco) para um (1) alqueire o módulo rural na região de terras férteis e retalhadas pela represa de ITAIPU, como meio de fixar o homem à terra.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Moacir Piovesan, Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de que reexamine o Decreto nº 151/81, de 23/7/81, no qual proíbe aos veículos denominados Táxis, descritos no art. 2º, da Lei nº 17/79, de outros municípios, apanharem passageiros no Município de São José dos Pinhais, ou melhor, no Aeroporto Afonso Pena.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Romero Filho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à SANEPAR, encarecendo providências para o reparo da rede de esgotos na Cidade de Umuarama.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente da República, Ministro da Justiça, Ministro do Interior e diversas autoridades, em forma de apelo no sentido da exclusão de todos os municípios paranaenses, inclusive os de Curitiba, Guaíra e Foz do Iguaçu, de área considerada de interesse da segurança nacional.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de louvor à Associação Comercial de Pato Branco, pela inauguração de sua sede própria onde irá funcionar o Escritório Regional da Junta Comercial do Paraná.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Banco do Brasil S/A., encarecendo a instalação de uma agência do referido estabelecimento de crédito, na Cidade de Iretama-Pr.— **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Sr. Secretário da Educação para esclarecer assuntos relacionados com a situação do magistério paranaense — Rejeitado.

O SR. LINEU TURRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeriro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

(É procedida a verificação de votação).

2 Srs. Deputados o aprovam;

27 Srs. Deputados o rejeitam.— **Rejeitado.**

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fiori Luiz e José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo o início das obras de pavimentação, ligando o Distrito de Tamarana à Rodovia Londrina-Mauá a PR-445.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra,

constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário das Finanças e Presidente do Banestado, encarecendo providências visando a retirada de propaganda político-partidária da agência do referido Banco, na Cidade de Palmeira, que estão afixadas nas dependências do mencionado estabelecimento de crédito.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ailton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja convocado o Sr. Secretário da Educação, para comparecer à Comissão de Instrução Pública desta Casa, no próximo dia 17 do corrente às 9:00 horas.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em pedido de informações sobre as escolas de 1º grau da rede estadual de Cambé.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretários dos Recursos Humanos e do Planejamento, em forma de apelo no sentido de acelerar a tramitação de expediente de interesse da Coordenadoria da Receita do Estado.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando seja oficiado à Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em forma de apelo no sentido de que seja transformado o atual Posto de Correio no Município de Salgado Filho em agência autônoma.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Geral do D.E.R., encarecendo sejam efetuados estudos visando a implantação de uma linha de ônibus diário ligando os Municípios de Contenda à Lapa pela antiga estrada.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo auxílio ao Hospital de Caridade de Palmeira.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Coronel Ailton Rolim de Moura, pelos longos e profícuos serviços prestados no desempenho das funções de Comandante do 8º Batalhão de Polícia Militar de Paranavaí.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao TRE do Paraná, encarecendo seja recomendado a máxima cautela nos critérios utilizados para o cancelamento de Títulos Eleitorais, tendo em vista, inclusive, a tramitação de proposta de anistia aos faltosos dos pleitos anteriores.— **Aprovado.**— Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados José Tavares e Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo informações sobre as escolas de 1º grau da rede estadual.— Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 17, quinta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nº 196/79 e 55/81.
2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nºs 170/80 e 43, 57, 62, 65, 69, 70 e 71/81 e de Resolução nº 95/79 e 70/80.
1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 7/81.

Levanta-se a sessão.